

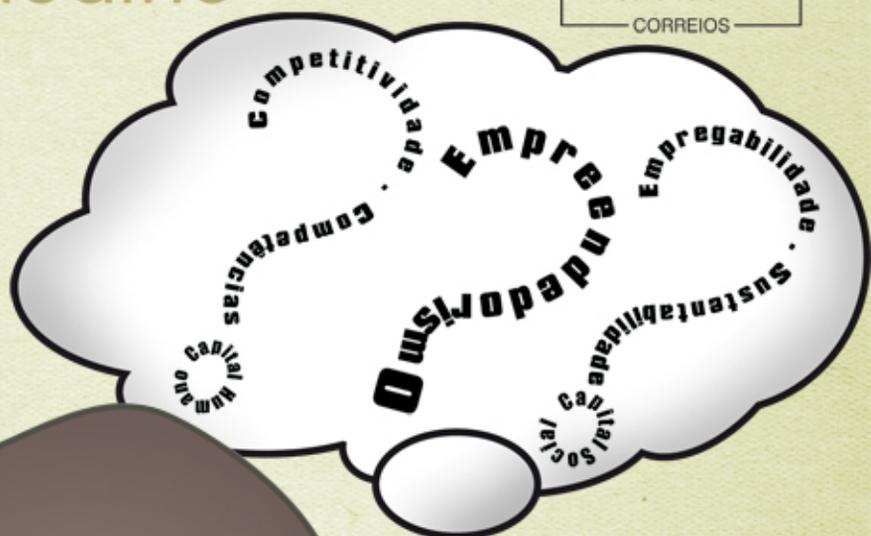


Impresso
Especial

9912213586 DR/RJ

Fundação
Oswaldo Cruz

CORREIOS



ENTREVISTA

Ruy Braga fala sobre
'política do precariado'

CRACK

Faltam dados,
sobram alarmismo
e preconceito

**Parcerias
público-privadas
na educação: responsabilidade social ou mercado?**

Capa	
Educação pública, lógica privada	2
Entrevista	
Ruy Braga - 'Os trabalhadores têm que superar o sindicalismo governista'	12
Almanaque	16
Crack	
Crack, desinformação e sensacionalismo	17
Livros	
SUS: o desafio de ser único	22
Dicionário	
Tecnologia Social	23

Houve um tempo em que privatizar significava vender para uma empresa um bem que antes era público. Mas militantes de diversas áreas sociais, como saúde e educação, têm denunciado um processo de privatização não-clássica, que se dá de forma mais sutil e disfarçada. É no faro dessa pista que se insere a matéria de capa desta edição, que abre uma série de debates sobre a presença de instituições e empresas privadas na educação pública brasileira. Trata-se de um tema atual e controverso que tem, a seu favor, a construção de um certo consenso sobre a importância da ideia de 'responsabilidade social' e sobre o papel do chamado terceiro setor como complemento às políticas públicas.

Outro conceito que circula por esse debate, sendo ora aproveitado criticamente ora apropriado por um discurso de mercado disfarçado, é o de tecnologia social, que você vai conhecer na seção 'Dicionário'. Outro vínculo com o tema da capa você encontra na resenha desta edição, que trata da relação público-privado, mas na saúde, a partir do livro 'SUS: o desafio de ser único', de Carlos Octávio Ocké-Reis, do Ipea, que analisa o mercado dos planos de saúde como um obstáculo à efetivação do SUS.

Ainda no campo da saúde, a Poli traz uma matéria que desmitifica a ideia de que o país vive uma 'epidemia' de crack. Explica, por um lado, como o uso desse conceito, que remete a doenças contagiosas, ajuda a disseminar o preconceito sobre os usuários de uma droga que atinge, em grande medida, a população pobre e moradora de rua. Por outro lado, a reportagem mostra que todo esse pânico social e o investimento em políticas públicas nessa área não se fundamentam em dados, já que praticamente não existem pesquisas sobre o consumo de crack no Brasil.

Fechando o tripé das áreas de interesse desta revista, a entrevista desta edição fala sobre o mundo do trabalho a partir do conceito de 'precarizado', que Ruy Braga, sociólogo e professor da USP, desenvolve no seu mais recente livro.

Boa leitura!

Ano V - Nº 27 - mar./abr. 2013

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Aline Andréa, Cristina Araripe, Etelcia Molinaro, Felipe Gonçalves, Felipe Machado, Francisco Bueno, Gladys Miyashiro, Iêda Barbosa, Jairo Freitas, José Orbílio, Júlio César Lima, Marcela Pronko, Marco Antônio Santos, Mauro Gomes, Paulo Cesar Ribeiro, Thais Salvino, Sergio Munck

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Editora

Cátia Guimarães

Repórteres

André Antunes
Cátia Guimarães
Viviane Tavares

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca
Marcelo Paixão

Capa

Maycon Gomes
Zé Luiz Fonseca
Pedro Henrique Quadros (ilustração)

Assistente de Gestão Educacional

Solange Santos
Valéria Melo

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Educação pública, lógica privada

Parcerias com instituições privadas pautam projetos da escola pública e criam nichos de mercado para empresas

Cátia Guimarães

Aumentar a “participação do setor privado e da sociedade civil na educação e no melhor gerenciamento de escolas”: esse foi um dos ‘conselhos’ que o Brasil recebeu do Banco Mundial no relatório sobre a estratégia de assistência ao país em 1997. Naquele momento, o Banco propunha estabelecer uma “parceria de longo prazo” para universalizar a educação primária no Brasil nos dez anos seguintes. Com a ‘ajuda’, seria garantida a continuidade não só das “políticas de educação”, mas também da “priorização dos gastos pelas administrações”. E o documento já apontava que o caminho para atingir esses resultados era o “incremento do tempo de instrução e da qualidade do ensino, incluindo a ampliação de oportunidades de aprendizado para os pobres”. Dezesesseis anos depois, a universalização da educação básica ainda é uma meta do Plano Nacional de Educação, mas a presença da iniciativa privada na educação pública cresceu de forma significativa. Para alguns, isso representa o reconhecimento de que a educação é responsabilidade de todos, além de um avanço no papel das empresas, que passam a visar à melhoria da sociedade como um todo e não apenas ao lucro. Para outros, trata-se do que se tem chamado de um processo de privatização ‘não-clássica’, que se dá não pela venda de bens estatais, mas por dentro, pela adoção, por exemplo, de uma gestão privada e de abordagens pedagógicas que respondem à lógica do mercado.

Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2011, 1.152 municípios brasileiros mantinham algum convênio ou apoio (sem vínculo contratual) com o setor privado na área de educação. Segundo a assessoria de imprensa do IBGE, esse estudo, no entanto, não distingue o que diz respeito a empresas e a instituições sem fins lucrativos. Mas alguns críticos apontam que, nesse processo, a ação ‘voluntária’ das instituições não-lucrativas e a rentabilidade das empresas caminham juntas. “Esse movimento contempla anseios do grande capital não só porque socializa as crianças à sua maneira, mas também porque abre nichos enormes de negócios. Os meios de comunicação estão vendendo materiais para as escolas, inclusive atraindo o capital internacional. Editoras vão organizando materiais, cartilhas, software, programas de TV e mecanismos de avaliação a partir dos descritores do Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica]”, analisa Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Roberto Stuckert / MEC

Lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação: agenda comum

A organização mais representativa desse crescimento da participação do setor privado na educação brasileira é o Movimento Todos pela Educação (TPE). No seu site, o TPE, criado em 2006, se define como “um movimento da sociedade civil brasileira”, “apartidário e plural”, que atua na produção de conhecimento, no fomento e na mobilização, buscando assegurar “a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade”. Segundo Leher, a grande convocatória para a criação do Todos pela Educação veio do Itaú, que seria até hoje uma liderança – entre as dez instituições mantenedoras do TPE, três pertencem a esse Grupo: a Fundação Itaú Social, o Instituto Unibanco e o Itaú BBA, que é o seu banco de “atacado, investimentos e tesouraria institucional”. Ainda de acordo com Leher, esse movimento ganhou um salto de qualidade quando se associou aos objetivos do Movimento Brasil Competitivo, criado cinco anos antes por Jorge Gerdau, do Grupo Gerdau, que atualmente é presidente do Todos pela Educação e tem sua empresa como uma das mantenedoras dessa instituição. As outras mantenedoras do TPE são o banco Santander, Dpaschoal, Faber Castell, Suzano Corrêa, Fundação Bradesco e Instituto Camargo Corrêa. O Todos pela Educação apresenta ainda uma lista de

Além de programas educacionais desenvolvidos, em sua maioria, por instituições privadas sem fins lucrativos, tem crescido na escola pública também a presença de materiais didáticos e ‘sistemas de ensino’, elaborados e vendidos por empresas privadas especializadas. No artigo ‘Mercado editorial escolar no século XXI: livros didáticos, apostilas e formação de professores’, Célia Cristina Cassiano, doutora em educação pela PUC-SP, mostra que as editoras brasileiras de livros educativos estão concentradas em seis grandes grupos empresariais: Saraiva, Abril, Santillana, IBEP/Cia. Editora Nacional e FTD. Ela destaca ainda a tendência dessas empresas de entrarem também num mercado que tem ganhado espaço na educação pública: o desenvolvimento de ‘sistemas de ensino’, que se apresentam como “soluções educacionais completas” para as escolas. O grande destaque nessa área, no entanto, não faz parte de nenhum desses grandes grupos editoriais: trata-se do Grupo Positivo, que atua na educação pública por três caminhos principais: o sistema de ensino ‘Aprende Brasil’ e a ‘Divisão de Tecnologia Educacional’, que são



comercializados para municípios de todo o país, além dos livros que fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). De acordo com o Portal da Transparência, o governo federal teve, em 2012, cerca de R\$ 38 milhões em gastos diretos com três empresas do Grupo: de informática, editora e gráfica.

Os sistemas de ensino e materiais didáticos produzidos fora da escola são um dos aspectos frequentemente mencionados quando se fala na diminuição da perda da autonomia da escola e do professor. Essa expansão também põe em discussão o conceito de ‘didático’. Um exemplo atual de discordância nessa área se dá no município do Rio de Janeiro, onde a prefeitura gastou mais de R\$ 1 milhão na compra de 20 mil unidades do jogo ‘banco imobiliário’ em uma edição especial sobre o Rio de Janeiro para distribuir entre os alunos da rede. O município cedeu para a Estrela o uso da marca ‘cidade olímpica’ para que fosse produzido um jogo ambientado nos bairros do Rio que, entre outras coisas, apresenta obras e realizações do prefeito Eduardo Paes. “O que um aluno vai aprender calculando quanto lucro ele pode ter adquirindo uma Clínica da Família ou cobrando pedágio na Transoeste?”, questionou em nota, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe).

outras 20 instituições parceiras, entre empresas e organizações sem fins lucrativos, além do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Nesse rol, estão representados alguns dos grupos com maior presença nas políticas públicas e no mercado da educação no Brasil. Um exemplo é o **mercado editorial**. De acordo com dados do Portal da Transparência do governo federal, a empresa que, em 2012, mais recebeu recursos de gastos diretos da União para a edição de livros – que inclui a “produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica”, a “distribuição de materiais e livros didáticos para o ensino médio” e a “distribuição de acervos bibliográficos para a educação básica” – foi a Editora Ática (mais de R\$ 133 milhões), pertencente ao Grupo Abril, que participa do Todos pela Educação por meio da Fundação Victor Civita. O terceiro lugar desse ranking é do mesmo grupo, com a Scipione, que teve uma receita de mais de R\$ 59 milhões em compras do governo federal nessas rubricas. Na segunda colocação (mais de R\$ 100 milhões), vem a Editora Moderna, que pertence ao Grupo Editorial espanhol Santillana, representado como um dos parceiros do TPE pela sua fundação. A editora Globo, parte das organizações que têm a Rede Globo e a TV Futura como parceiras do Movimento, aparece na nona posição, com um faturamento próximo de R\$ 9 milhões. A Saraiva, que também figura como parceira do TPE, aparece com o segundo maior montante no item relativo ao gasto com “edição integrada à impressão de livros” (R\$ 89 milhões) e na quarta posição quando se trata da “produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos” apenas para a educação básica (R\$ 77 milhões).

Embora, no geral, com valores muito menores, existem também registros de gastos diretos para algumas das instituições sem fins lucrativos parceiras do Todos pela Educação. Para essas mesmas ações ligadas a livros e materiais didáticos que são de distribuição gratuita, a Fundação Victor Civita, por exemplo, recebeu diretamente, em 2012, mais de R\$ 2 milhões.

Formulação de políticas: sociedade ou mercado?

Andrea Bergamaschi, gerente de projetos estratégicos do Todos pela Educação, destaca que, embora tenha sido fundado por um grupo de fundações e institutos de empresas e seja ainda hoje financiado por essas instituições, o TPE, na prática, não é um movimento só do setor privado. “É claro que é uma organização que tem fundações e institutos de empresas, mas o Todos pela Educação é mais do que isso. Estamos em contato com professores, com a academia, com organismos internacionais, ministérios”, explica. De acordo com Andrea, essas instituições fundadoras integram o conselho de governança do TPE, que estabelece diretrizes gerais e acompanha sua estratégia e seu desempenho. A orientação técnica, diz, é feita por outra comissão que não tem integrantes desses institutos. “Para não dizer que não tem ninguém que também seja do conselho de governança, a coordenadora da comissão é a Viviane Senna, do Instituto Ayrton Senna”, ressalva. Integram ainda essa “comissão de técnicos” nomes como o da secretaria municipal de educação do Rio

de Janeiro, Claudia Costin, e o do presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Marcelo Nery. “Essas são pessoas que estão na parte da estratégia de projetos”, diz. Andrea destaca ainda que, neste ano, começarão a funcionar também quatro grupos assessores, que devem tratar de temas que o TPE julga importantes para o cumprimento das suas metas. “Nesses grupos tem a presença da academia – Fundação Carlos Chagas, Fundação Getúlio Vargas, PUC, USP –, professores, Anped [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação], Undime [União dos dirigentes municipais da educação]...”, enumera.

Num artigo publicado na revista ‘Trabalho necessário’ que visava subsidiar uma petição pública contra a indicação de Claudia Costin para a secretaria de educação básica do MEC, Leher e Olinda Evangelista fazem referência a alguns desses nomes – como o de Reynaldo Fernandes, ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e integrante da comissão técnica do TPE – como exemplo de representantes do Movimento que têm ocupado postos-chave na educação brasileira.

A questão é que essa capacidade de influenciar na formulação e na condução das políticas públicas, que esses autores ‘denunciam’, não tem nada de ilegal. Ao contrário, trata-se da razão de ser, objetivo declarado do Todos pela Educação. Segundo Andrea Bergamaschi, a reunião das instituições que trabalhavam com educação no TPE tem como finalidades alinhar estratégias para garantir maior impacto dos projetos desenvolvidos por elas, mas também usar essas experiências para influenciar mudanças de políticas. “Conseguimos beber na fonte dessas organizações, que têm muitos projetos de campo, estão ali no dia-a-dia da escola, e com isso temos material para fazer estudos que possam embasar ações de articulação, para tentarmos mudar leis ou fazer

políticas que ataquem os principais problemas que temos”, explica.

Leher destaca como exemplo do sucesso desse objetivo o fato de, em 2007, um ano após a criação do Movimento, o Ministério da Educação ter lançado, por meio do decreto 6.094, um Plano de Metas visando à melhoria da educação básica, batizado como ‘Compromisso Todos Pela Educação’. A coincidência do nome não é casual: segundo o professor, esse Plano concentra as metas do TPE. “E o MEC é onipresente nas escolas, tanto pelo poder do financiamento quanto pelo da avaliação”, conclui, destacando ainda o papel da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) na capilarização dessas políticas formuladas pelo privado. Procurado pela Poli, o MEC respondeu, via assessoria de imprensa, que não tinha fonte para falar sobre o tema desta matéria.

Com o cuidado de ressaltar que “uma lei não acontece pela influência de um ator, mas sempre de um conjunto de atores e de situações”, Andrea destaca quatro mudanças das quais ela considera que o TPE “participou ativamente e teve algum índice de influência”: a retirada dos recursos da educação da Desvinculação de Receitas da União (DRU); a promulgação da Emenda Constitucional 59, que amplia a obrigatoriedade da oferta de educação até os 17 anos; o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; e a recente criação de uma comissão para a reformulação do ensino médio.

Essa lista, no entanto, não é consenso entre os militantes da educação. Para Leher, duas delas, inclusive, devem ser consideradas retrocessos. O Pacto pela Alfabetização na Idade Certa é, segundo ele, uma medida que tem como objetivo criar “mais uma avaliação restritiva, concorrente a outras já em curso, como a Provinha Brasil”. “A rigor, o TPE organiza uma agenda educacional baseada nas metas e avaliações, reduzindo o escopo da alfabetização. A proposta do TPE cria um mercado de negócios edu-

Mecanismo que modifica o artigo 76 da Constituição, permitindo que 20% da arrecadação tributária da União possa ser usado livremente, sem vinculações constitucionais. Foi criada em 1994, com outro nome e caráter provisório, mas vem sendo prorrogada até hoje. A Emenda Constitucional 68/2011 fez nova prorrogação até 2015.



Jodo Bittor / MEC

cacionais envolvendo parceiros seus, como o Instituto Alfa e Beto e a Fundação Roberto Marinho”, diz. Já sobre as mudanças no ensino médio, ele critica o que considera uma forma de abrir caminho para “a difusão das proposições da dita teoria do **capital humano** no ensino médio, possibilitando **medidas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**, em que o **sistema S**, por exemplo, passa a ser a referência central”.

No que diz respeito às outras duas conquistas, Leher discorda sobre a importância da participação do TPE. A emenda constitucional que torna o ensino médio obrigatório é, segundo ele, resultado de uma “luta histórica” de movimentos como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e a Anped. “O que autoriza o TPE a reivindicar como sua uma luta que remonta, ao menos, da constituinte?”, questiona, destacando ainda que essa mudança representou um “avanço conceitual parcial”, porque não teve, até o momento, efetividade em termos de financiamento e porque continua restritiva. “Essa emenda limita a faixa etária entre 4 e 17 anos, deslocando os milhões de jovens que não puderam se escolarizar para cursos aligeirados e parcerias público-privadas”, avalia. Sobre a retirada dos recursos da educação da DRU, ele garante: “Trata-se de uma luta do conjunto do movimento social na qual o TPE foi coadjuvante tardio e parcial. A luta contra essa medida vem de 1994, quando o TPE sequer existia”, diz. Mas ressalva: “O interesse do TPE em mais recursos para a educação, contudo, é verdadeiro, porque possibilita que eles se façam mais presentes nas escolas”.

Leher considera esses exemplos coerentes com o que ele reconhece como o modo de atuação do Movimento. Na sua análise crítica, a sequência é a seguinte: como existe um “clamor” dos movimentos sociais por mais recursos para a educação, o que se manifesta, por exemplo, “em greves cada vez mais massivas e politizadas”, há o risco de se começar a questionar a presença dos entes privados nas escolas. “Assim, o TPE, **atuando como partido**, se antecipa às demandas sociais e tenta revertê-las para a sua agenda. Daí porque, junto com a não-aplicação da DRU, o TPE retoma a defesa de novas provas para certificar a suposta alfabetização e, com isso, vender cartilhas, projetos, assessorias”, analisa.

A reivindicação mais atual relativa ao financiamento – a campanha pela aplicação de 10% do PIB na educação, que foi uma das principais demandas da Conferência Nacional de Educação e faz parte do texto do Plano Nacional de Educação (PNE) que tramita no Congresso –, no entanto, não teve o apoio de Todos pela Educação. A meta 5 do TPE propõe um investimento de 5% do PIB ou mais. “Não temos um posicionamento nem favorável nem negativo em relação à questão dos 10%”, diz Andrea. E completa: “Nossa meta é o investimento na educação ampliada e bem gerida, em que o foco não é o percentual, e sim a gestão do recurso”. A gerente de projetos do TPE afirma que certamente há lugares onde faltam recursos, mas diz que é preciso que se faça um mapeamento dessas situações. “Tem que haver um estudo mais aprofundado sobre para onde iriam esses recursos e onde eles efetivamente vão fazer diferença”, resume, reconhecendo, no entanto, que o TPE também não tem qualquer “estudo aprofundado” que

Essa expressão refere-se ao pensador italiano Antonio Gramsci, segundo o qual instituições que se desenvolvem no espaço da ‘sociedade civil’, que ele chama de aparelhos privados de hegemonia, podem desempenhar o papel de partido – de organizar e dirigir politicamente um coletivo. O autor dá como exemplo os jornais na Itália: “pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos”.

indique problemas na gestão dos recursos da educação.

Andrea lamenta que a polarização da discussão sobre o financiamento, no ano passado, tenha prejudicado o debate sobre outros pontos do PNE. No geral, segundo ela, o TPE tem uma boa avaliação da versão atual do Plano. “Ficamos muito satisfeitos porque vimos várias das nossas metas refletidas ali. Não porque foram aceitas ou acatadas, mas no sentido de nos sentirmos alinhados com aquilo que está sendo colocado como prioridade pelo governo. Essa agenda que estamos construindo nesses seis, sete anos de trabalho tinha que estar refletida no PNE, como foi agora”, avalia.

Motivações

Mas o que faz com que tantas empresas passem a atuar, diretamente ou por meio das suas

Composto por 11 instituições criadas pela União e mantidas com recursos de contribuições compulsórias das empresas. São elas: Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar, Sest e Sena, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

Teoria que rendeu o Prêmio Nobel de Economia para Theodoro Schultz em 1971. Considera como ‘capital’ o investimento que o indivíduo, buscando a ascensão social, ou o país, visando ao desenvolvimento econômico, fazem na educação. Com isso, explica a desigualdade a partir das escolhas que cada um faz. Como explica Gaudêncio Frigotto, no Dicionário de Educação Profissional em Saúde (EPSJV/Fiocruz): “uma análise histórica nos permite afirmar exatamente o contrário (...): a baixa escolaridade nos países pobres deve-se a um reiterado processo histórico de colonização, relações imperialistas e de dependência mantidas por uma aliança de classe entre os países centro-hegemônicos do capital e da periferia. E o acesso desigual a um conhecimento desigual para os filhos da classe trabalhadora, igualmente, deve-se a uma desigualdade estrutural de renda e de condição de classe”.

fundações e institutos, em prol da melhoria da educação? “No mundo empresarial também ainda tem muito questionamento sobre a participação da empresa na sociedade dessa forma. Porque somos um pedaço da sociedade civil organizada – uma fundação sem fins lucrativos, o típico terceiro setor – mas estamos vinculados a uma empresa que não só é mantenedora financeiramente mas com quem temos uma relação próxima com o objetivo de realizar o seu investimento”, conta Isabel Santana, gerente da Fundação Itaú Social. O que explica essa motivação é, segundo ela, o entendimento do papel da empresa na sociedade. “No Itaú, ao constituir uma fundação filantrópica com finalidade social, e ao escolher o foco da educação, existe uma compreensão da empresa como corresponsável por questões da sociedade para além do seu negócio”, diz. E por que a escolha por essa área? “Pelo entendimento do papel estratégico que a educação exerce na sociedade na perspectiva do desenvolvimento social e econômico. Porque a empresa em si tem também uma missão de desenvolvimento social e econômico”, responde.

Marcia Adriana de Carvalho, presidente da representação da Undime no Rio Grande do Sul, também destaca a ideia de responsabilidade social como a primeira justificativa para a criação de fundações e institutos de origem empresarial. “Os grandes empresários também entendem que se queremos contribuir para uma sociedade diferente, isso se dá pela educação. Sabem que estão contribuindo para formar esse cidadão que será talvez o colaborador da sua própria empresa”, opina.

Marcia, no entanto, não endossa o discurso de que não é possível fazer educação pública de qualidade contando só com o setor público. “Acredito que o público tem condições de fazer isso, utilizando o próprio MEC, os Institutos federais e universidades públicas. O Proletramento é uma experiência que mostra isso”, exemplifica. Mas pondera: “O privado pode ajudar. Não é um fator negativo que uma instituição privada possa se agregar ao público para alcançar uma meta. Ele vem



para somar esforços porque, só com o público, talvez demoremos mais”. Ela também não acha que se economize dinheiro público pelas parcerias com o setor privado. “Boa parte do orçamento do MEC vai para o Sistema S e para essas instituições sem fins lucrativos. O que vem para os municípios é muito menos”, compara. Mas novamente conclui: “Só que de alguma forma esses recursos se revertem em material dirigido quase exclusivamente para as escolas públicas”.

Isabel Santana, do Itaú Social, também não acha que a escolha de tantas instituições pelo investimento na educação se deve a um diagnóstico de maior necessidade por parte do governo. Ela aposta num “consenso” de que, além de ser uma área de grande importância, a educação brasileira precisa melhorar muito. Andrea Bergamaschi, do Todos pela Educação, também destaca que a existência do Movimento e de tantas ações nessa área não significa que o governo precise da ajuda do privado. Ainda que a educação pública brasileira fosse boa, diz, como se trata de um direito, a sociedade civil deveria acompanhar e monitorar. E o privado faz parte da sociedade civil, ressalta. “Você tem vários modelos de atuação. Existem as organizações da sociedade civil que são mais pesadas, no sentido de fazer manifestação, enfrentamento. Há organizações que fazem simplesmente recolhimento de dados e divulgação de resultados, que são basicamente da academia. E você tem organizações como o Todos Pela Educação, que eu entendo que realmente é um modelo sadio, porque faz essa parte de coletar dados – a gente trabalha muito no acompanhamento das metas, que é basicamente o que guia todas as nossas ações. Mas fazemos também campanhas porque entendemos que a sociedade precisa compreender o que está acontecendo, não para sair fazendo passeata, queimando cadernos em Brasília, mas no sentido de se apropriar daquele direito, entender se ele está sendo cumprido”, explica.

Diminuir o potencial de indignação e mobilização que possa gerar instabilidade política é o objetivo que Vania Motta, professora da Faculdade de Educação da UFRJ, aponta como a raiz dessa crescente participação do setor privado empresarial na educação brasileira. Ela ilustra essa avaliação com uma frase de um documento sobre a redução da pobreza elaborado pelo Banco Mundial – como preparatório para uma reunião com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2004 – que afirma que “a exclusão de grandes

segmentos da sociedade desperdiça recursos potencialmente produtivos e gera conflito social”. Segundo essa análise crítica, a educação passou a compor as estratégias de contenção da pobreza, como forma de apassivamento. Leher e Olinda Evangelista, no texto-manifesto que escrevem juntos, exemplificam essa leitura, questionando se o uso da expressão ‘atividades socioeducativas’ pelo Programa Mais Educação, do MEC, como parte da estratégia de educação integral, não seria uma “referência implícita às penalidades socioeducativas impostas aos jovens dados como infratores”. “O propósito, antes, é evitar a reprodução intrageracional da pobreza e o potencial de rebelião inerente às ‘classes perigosas’”, concluem.

Na opinião de Leher, embora traga um forte discurso sobre a gestão, o foco da ação dessas instituições é o projeto político-pedagógico. “O objetivo de fundo é que as escolas públicas recebam um pouco do espírito capitalista”, resume. Olinda Evangelista, professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, vê todos esses aspectos articulados: “Quando se defende, por exemplo, que o problema da escola não é falta de recursos, mas falta de gestão; e quando se entende que a principal ferramenta da gestão é a avaliação, isso é uma concepção pedagógica”. Ela lembra ainda a associação entre o mercado que se cria na área de materiais didáticos e essa interferência pedagógica. “Quando se vende uma apostila para uma escola, vende-se também uma concepção de educação”, analisa.

Concepções: educação integral

Para Andrea Bergamaschi, o principal problema que a educação pública brasileira enfrenta hoje é a questão da qualidade. Mas o que isso significa? De acordo com Isabel Santana, o Itaú Social só concebe a qualidade acompanhada pela equidade. “Não serve uma rede que tem bom Ideb com poucos alunos bem e muitos alunos mal”, exemplifica. Ela aponta como “boa educação” aquela que dá ao aluno o direito de aprender tanto os conhecimentos formais quanto os outros tipos de conhecimentos. Por isso destaca a importância da educação integral “mais ampla possível”.

Andrea explica que o ‘Todos pela Educação’ mede a qualidade da educação pelos patamares básicos de capacidade desenvolvida pelos estudantes em português e matemática, que são as disciplinas aferidas pela Prova Brasil. Essa dimensão da educação está representada na meta 3 do Movimento – ‘Todo aluno com aprendizado adequado à sua série’ –, que é destacada no site da instituição como a de maior relevância e que constitui o maior desafio do TPE. “Qualidade não é só atingir números. Qualidade é proporcionar o aprendizado que o aluno deve ter na idade certa”, explica.

Nessas definições de qualidade da educação estão presentes duas frentes de atuação que têm sido priorizadas pelo MEC em relação e que contam com a participação direta de alguns dos maiores institutos e fundações que se dedicam a essa área: a educação integral e a distorção idade-série.

Educação integral é um dos “temas de atuação”, por exemplo, da Fundação Itaú Social, que, segundo o site da instituição, “estabeleceu parcerias com secretarias de Educação por todo o país, colaborando na estruturação de políticas de educação integral e na formação dos profissionais que atuam em sua implementação”. O relatório de 2011 da Fundação cita parcerias com as secretarias de Belo Horizonte (MG), onde o projeto recebeu o nome de ‘Escola integrada’ e atendia, naquele momento, 47 mil estudantes; Goiás, onde, segundo o texto, ao longo de 2012 cerca de 350 profissionais de 120 escolas de tempo integral participariam de projeto que visa à inclusão de “uma nova matriz curricular mais diversificada, com maior integração entre o currículo básico e as atividades complementares”; município do Rio de Janeiro (RJ), onde esse mesmo processo aconteceu com 91 escolas de tempo integral e já se renovava para 2012; e em Maringá (PR), envolvendo as 19 escolas com essas características, numa atuação que visa também “expandir o repertório didático dos professores”.

Além das parcerias locais, a Fundação tem dois grandes projetos na área de educação integral. Um é o Programa Jovens Urbanos, que desenvolve oficinas sobre diferentes temas com jovens que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos considerados em situação de vulnerabilidade que, no final, devem implementar um projeto de intervenção. O Programa está presente em “territórios” de São Paulo, Minas Gerais e, segundo o relatório, seria desenvolvido no Espírito Santo, em 2012, a partir de uma parceria com a secretaria estadual de educação. A outra iniciativa é o Prêmio Itaú-Unicef que, desde 1995, apoia organizações não-governamentais que trabalham em parceria com políticas públicas para promover a



João Bittor / MEC



SXC

educação integral de crianças. “As ONGs são premiadas pela qualidade das ações realizadas e pelo nível de articulação com órgãos responsáveis pela implementação de políticas de educação e de assistência social, pela sintonia com a legislação vigente, pela relevância diante do contexto local e pelo potencial de transformação social”, explica o relatório de 2011 da Fundação, segundo o qual, naquele ano, o Prêmio teve um número recorde de procura – 2.922 organizações se inscreveram; cinco foram premiadas com R\$ 20 mil cada. Criado em 1995, o Prêmio Itaú-Unicef foi, segundo o site da instituição, “um dos pioneiros no país a estimular essa prática – incorporada pelo MEC com o Programa Mais Educação”.

Uma das instituições sem fins lucrativos com maior presença na educação pública brasileira, o Instituto Ayrton Senna (IAS) também mantém três programas de “educação complementar”: o ‘Educação pelo esporte’, o ‘Educação pela arte’ e o ‘SuperAção jovem’. Embora o carro-chefe da instituição seja o programa ‘Acelera Brasil’, que fez a aproximação com a educação formal, Inês Miskalo, coordenadora de Educação Formal do Instituto, lembra que eles nunca desprezaram “outros meios de desenvolvimento da criança”. “À medida que o sistema educacional foi avançando e hoje você tem atividades pensando numa educação de tempo integral,

automaticamente vai-se levando para dentro da escola toda a aprendizagem que a gente teve fora. Então, o programa de esporte está hoje passando por uma reformulação para atuar nos horários de educação física, com o professor regular da disciplina. A arte vai passar pelo mesmo processo. O programa SuperAção, que acontecia num horário fora da aula, hoje começa a fazer parte do currículo escolar”, explica.

Em 2007, essa ideia de educação integral virou política pública de orientação federal por meio do Mais Educação. Criado por um decreto interministerial, esse programa apoia as escolas públicas que quiserem oferecer “ações socioeducativas no contraturno escolar”, que ampliem o tempo do aluno dedicado à escola em áreas como esporte e lazer, artes, comunicação e uso de mídias, saúde e educação econômica. Foi voltado, originalmente, para as escolas com menor Ideb, mas vem sendo ampliado. Em 2011, passou a fazer parte de uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social que prioriza a oferta do Programa nos municípios que concentram grandes contingentes de beneficiários do Bolsa Família.

Para Vania Motta, o que essas ações e políticas fazem é promover o horário integral e não uma educação de fato integral, já que, segundo ela, trata-se de um amontoado de vários projetos, sempre com caráter provisório. Destacando o fato de se referirem a “atividades socioeducativas”, Leher e Olinda Evangelista também destacam, no artigo, que essas atividades nada têm a ver com a valorização do conhecimento. E completam: “O que esta mudança paradigmática não revela é que muitas das ‘atividades socioeducativas’ do Mais Educação são desenvolvidas por monitores sem vínculo empregatício a serviço de organizações que, por meio de uma complexa cadeia de entidades da chamada sociedade civil, acabam desembocando nas grandes Organizações Sociais vinculadas ao TPE e, também, nas confissões religiosas”.

Aceleração

O outro elemento da qualidade da educação que tem sido priorizado por essas instituições que lidam com educação e pelo MEC é a correção da chamada distorção idade-série. O foco, nesse caso, são os alunos que estão ‘atrasados’, cursando uma série que não corresponde à sua idade. Nessa área, uma das instituições que têm protagonismo tanto na parceria com estados e municípios quanto na relação com as políticas do MEC é o Instituto Ayrton Senna. Um exemplo é que, entre os cinco projetos voltados para a correção do fluxo escolar que constam do Guia de Tecnologias Educacionais 2011/2012 do MEC – que lista iniciativas certificadas e indicadas

pelo Ministério –, três são dessa instituição: Acelera Brasil, Se liga e Circuito Campeão. De acordo com Inês Miskalo, a grande quantidade de crianças que cursam uma série não compatível com a sua idade é um dos sintomas mais claros de que a educação brasileira não está atingindo seus objetivos. “É admissível você ter uma criança que fique três, quatro anos sem saber ler e escrever? Essa é uma das mostras mais claras de quanto a nossa educação está fugindo do seu papel de desenvolver pessoas”, opina.

Segundo Inês, o que o instituto faz é levar para a rede pública a ideia da gestão do fluxo escolar. “Você começa a levantar as causas e trabalhar junto com as redes para elas superarem causas e não ficam só nas consequências. Qual é a causa? A criança não foi alfabetizada na idade certa: então você tem que olhar para lá. O professor tem dificuldade: tem que ajudar esse professor. Você começa a desmontar aqueles mitos muito cômodos de que o aluno e a família são culpados”, explica. Para dar conta das soluções, o Acelera Brasil faz o que Inês chama de “gerenciamento do processo”. “Passamos a acompanhar a frequência do aluno, se o professor está frequente, se a escola tem condições de ter aquela aula, se ele está aprendendo o que tem que aprender. Para que ele aprenda, o professor tem que ter planejado a sua aula em cima da dificuldade do aluno, o coordenador pedagógico precisa sa-

ber se o professor sabe ensinar, o diretor precisa saber se os seus alunos estão aprendendo”, explica. E resume: “Estamos levando práticas gestoras para dentro da rede”.

Funciona assim: os alunos repetentes são reunidos numa única turma, que terá um funcionamento diferente do restante da escola. Aqui serão utilizados materiais didáticos específicos indicados pela entidade para os alunos e para o professor, que é previamente capacitado para a metodologia do ‘Acelera’. Como se trata de um programa de aceleração da aprendizagem, os alunos cursam até duas séries por ano. Quando chegam à série correspondente à sua idade, voltam para o ensino regular. As turmas são monitoradas e passam por constantes avaliações. O ‘Acelera’ é pensado em articulação com o ‘Se liga’, outro programa do IAS que também atua na correção do fluxo escolar, mas é voltado para crianças não-alfabetizadas. “Em um ano, alfabetiza crianças que repetem, porque não sabem ler nem escrever, para que possam frequentar o Acelera Brasil e, depois, retornar à rede regular”, explica o site do Instituto.

Esse formato, no entanto, não é consenso. David Chaves, que pesquisou a implementação do Acelera Brasil no município do Rio de Janeiro, onde recebeu o nome de ‘Autonomia carioca’, além de apontar a perda de autonomia da escola e do professor, questiona, na sua dissertação de mestrado, entre outras coisas, os critérios utilizados para se reconhecer que um aluno está fora da sua série correspondente. Segundo ele, o enquadramento foi feito a partir de uma tabela que considerava apenas a data de nascimento. Assim, resolução da secretaria municipal de educação que tratava dos projetos estratégicos de correção de fluxo, publicada em outubro de 2011, determinava, por exemplo, que deveriam estar no 3º ano alunos nascidos até 31 de março de 2002 e considerava “defasados” os alunos que não se enquadrassem nessa classificação. “Qual seria o critério para determinar que um aluno que nasceu no dia 31 de março de um determinado ano é defasado em relação a um aluno que nasceu em 01 de abril do mesmo ano?”, questiona David, no texto. E completa: “Uma das justificativas para a contratação de ONGs para executar o serviço público seria sua maior proximidade com a população atendida. Diante disso, nos questionamos se o Instituto Ayrton Senna consultou a comunidade das escolas municipais do Rio de Janeiro na hora de separar alunos que estudam juntos há vários anos e serão separados por questão de um dia na sua data de nascimento. Parece-nos que os elementos emocionais, culturais, de história de vida são desconsiderados em prol de uma fórmula pronta de enturmação, baseada nas metas determinadas pela Unesco e apropriada pelo MTPE [Movimento Todos pela Educação] para regularização de fluxo”.

Segundo o relatório mais atualizado, em 2011 o Instituto chegou a 1.300 municípios de 24 estados brasileiros, “capacitou” 74 mil educadores e atendeu 2 milhões de crianças e jovens. O documento não traz números específicos sobre cada programa, mas o site da instituição apresenta dados de 2010 que indicam que, naquele ano, o ‘Acelera’ estava presente em 727 municípios de 25 estados, além do distrito federal – com grande concentração em alguns estados do nordeste, no Rio Grande do Sul e no Tocantins – atendendo quase 64 mil crianças e formando mais de 3,5 mil educadores. A distribuição geográfica praticamente se repetia para o programa ‘Se liga’, que ‘antecede’ o ‘Acelera’, mas os nú-



meros eram ainda maiores: 802 municípios, mais de 71 mil crianças e jovens atendidos e mais de 4 mil professores formados.

Mas como esses programas chegam às redes municipais e estaduais? O caminho principal é por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), um planejamento que estados e municípios precisam fazer quando aderem ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. “Nós temos alguns programas pré-qualificados pelo MEC. Quando o município ou estado faz o PAR, ele pode indicar [de que programa quer participar] e aí recebe recursos do MEC para executar”, explica Inês. Ela conta que, quando o programa é apresentado ao MEC para essa pré-qualificação, são registrados todos os seus componentes, o que inclui, por exemplo, material didático. “O MEC então fala: se o município quer fazer, o ‘Acelera’ implica um conjunto de livros, um sistema gerencial, caixas de literatura para alunos e formação de professor. Se o município escreve que quer fazer isso, o MEC libera a verba. O município faz a conta dos alunos, entra em contato conosco e vê como pode obter material, como pode ser capacitado por nós...”, descreve, destacando que o instituto não cobra por esse “apoio técnico”.

As secretarias de educação que adotam o programa precisam, então, comprar esses materiais, que são comercializados pela Global Editora. Segundo Inês, a empresa foi escolhida por oferecer o melhor serviço, com capilaridade e preço fixo para todo o país. “O valor deve ser acessível para qual-

de R\$ 14 milhões do governo federal com o Instituto Alfa e Beto em 2010 e 2011 e de cerca de R\$ 7,3 milhões com o Geempa, nos três anos. Sobre os gastos públicos em geral com esses ou qualquer outro programa desenvolvido por instituições sem fins lucrativos, não existem dados organizados, em função de a aquisição ou contratação ser feita de forma descentralizada por estados e municípios.

Na sua aplicação nos estados e municípios, o Programa Acelera Brasil utiliza ainda materiais produzidos pela Fundação Roberto Marinho (FRM). David Chaves destaca, na sua dissertação sobre a implantação desse programa no município do Rio, a utilização do Telecurso 2000, em que, segundo ele, apenas um professor

é responsável pela “mediação de todas as áreas do conhecimento”. Resultado de uma parceria da FRM com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o telecurso tem o seu currículo aprovado pelo MEC, consta do Guia de Tecnologias Educacionais do Ministério e foi escolhido, em 2001, como referência nacional para a avaliação de jovens e adultos por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Segundo o site do projeto,



Jocão Bittar / MEC

quer rede de ensino que precise do material, se não inviabiliza que seja para todos”, diz. O Instituto recebe da editora o equivalente aos direitos autorais. De acordo com Inês, esse recurso vai, primeiro, para pagar os autores do material. Uma vez quitados esses compromissos, o Instituto tem direito a uma porcentagem que deve ser reinvestida em novos produtos. “Trabalhar sem receber remuneração do público é complicado. Porque existe uma quantidade de institutos recebendo verba pública. Várias instituições fazem negócio, podem receber, podem vender produtos. A gente não quer porque é uma coisa contraditória”, diz. E resume: “Nós não temos essa visão mercadológica”.

Entre 2010 e 2012, o Instituto Ayrton Senna foi contratado diretamente pelo MEC para implantar o ‘Acelera’ e o ‘Se liga’ em escolas com baixo Ideb. De acordo com dados do portal da transparência do governo federal, isso significou um gasto direto de pouco mais de R\$ 17,5 milhões ao longo dos três anos. Quando foi lançada, no final de 2009, essa iniciativa de correção do fluxo escolar anunciava a parceria também com o Instituto Alfa e Beto, além do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (Geempa) – as duas outras instituições que constam do Guia de Tecnologias Educacionais do MEC com atuação nessa área. No Portal da Transparência, aparece um gasto direto

para a “diminuição da defasagem idade-ano” e “como alternativa ao ensino regular em municípios e comunidades distantes”. “Esse material é feito para jovens e adultos. Traz, por exemplo, questões sobre o trabalho. Mas está sendo aplicado em crianças”, critica Vania Motta.

Desde 1995, quando, segundo o seu site, “deixou de ser apenas programa de televisão para virar política pública”, o Telecurso vem sendo adotado em escolas por meio da “metodologia telessala”, que, também de acordo com a descrição institucional, tem raízes “finçadas em práticas desenvolvidas nas décadas de 70 e 80

no Brasil, inspiradas em Dom Helder Câmara, Paulo Freire, Célestin Freinet e Jean Piaget”. Em 2012, mais de 140 mil estudantes nessas diversas situações utilizaram o telecurso. Ele foi adotado como política pública estadual no Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Acre e como política municipal em três cidades: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Paraty (RJ). Essas secretarias compram o material de uma das três editoras licenciadas para distribuir os livros e DVDs do programa: Ibec, Gol ou Positivo. Em 2006, o MEC participou diretamente da implantação do Telecurso, em parceria com a FRM e a Fundação Vale. O projeto, batizado de ‘Tecendo o saber’, foi desenvolvido nos municípios de Campo Grande (MS), Recife (PE), Natal (RN) e Nova Iguaçu (RJ).

Autonomia

A diminuição da autonomia da escola e do professor é uma crítica recorrente quando se avaliam as relações público-privadas na educação e as políticas que dela derivam. Vania Motta, por exemplo, lamenta o fato de, na sua opinião, o projeto político pedagógico (PPP), que ela considera uma conquista dos movimentos sociais, estar adquirindo um caráter tecnicista. “O PPP está sendo substituído pelo Plano de Desenvolvimento da Escola”, diz, referindo-se a uma “ferramenta de planejamento estratégico” financiada pelo Ministério que ajuda a “identificar os seus principais desafios e, a partir daí, desenvolver e implementar ações que melhorem os seus resultados”, como descreve o site do MEC.

Iniês Miskalo reconhece que muitas instituições e empresas oferecem pacotes prontos para as escolas, mas garante que esse não é o caso dos programas do Instituto Ayrton Senna. “Nossa linha de atuação privilegia o que existe na rede. Entramos com a ideia, às vezes com material, mas temos todo o cuidado de ouvir as equipes responsáveis, pedimos um voto de confiança, para fazermos o trabalho conjuntamente”, diz.

Isabel, do Itaú Social, concorda que a imposição de projetos e ações às escolas é sempre negativa, “com ou sem empresa” e garante: “Todos os nossos projetos são por adesão”. Ela discorda, inclusive, que o financiamento do MEC induza a adesão e exemplifica com a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, um projeto originalmente da Fundação Itaú Social que virou política pública e tem entre os parceiros o Canal Futura. “Na Olimpíada, ao aderir, a escola não recebe nada”, diz. E conta: “Quando quis fazer uma grande mobilização sobre o ensino da leitura, o MEC poderia ter começado do zero. Mas procurou a Fundação porque já conhecia o nosso trabalho, já havia todo um trabalho conjunto prévio”. Segundo Isabel, a Fundação cedeu a metodologia para o Ministério, mas continua responsável pelo aprimoramento da tecnologia e pela produção dos materiais. Cabe ao MEC arcar com a impressão e a distribuição.

Conflito de interesses

Mas se o público e o privado atuam com lógicas diferentes, não haveria conflito de interesses em parcerias que se dão numa área social como a educação? “A gente sabe que o privado tem um objetivo e o público tem outro. A grande empresa quer montar um instituto para mostrar para a sociedade que ela não só vende, mas contribui com aquela sociedade. Não é que não haja conflito de interesses, mas tentamos encontrar um ponto comum e potencializar a parceria”, explica a dirigente da Undime, exemplificando exatamente com a Olimpíada. “O que a iniciativa privada fazia com a olimpíada? Em tese, olimpíada prevê competição. Foi sendo ajustada e hoje virou um benefício porque não visa só à competição, mas também à formação do professor. Não é só uma seleção de textos para a competição dos estudantes. Hoje essa produção vem da formação que o estudante tem na escola pública”, opina.

Isabel considera que a expressão ‘conflito de interesses’ não expressa bem o problema. “A questão que está aí é a coerência de princípios e valores do próprio negócio. É incoerente, por exemplo, pensar que uma

empresa cause danos e se apresente como tendo uma turma do bem e outra do mal”, opina. Mas alerta: “É muito complicada a crítica generalizada quando não se olha o ‘como’. Tem gente que, por princípio, é contra a parceria entre a iniciativa privada e o governo. Daí não vai analisar as ações porque parte do pressuposto de que elas estão erradas. Quando se parte do pressuposto de que essas parcerias são, em si, um bem, cai-se no mesmo erro”, diz. Ela defende que não existe incompatibilidade entre o lucro e a ação social: “Falando uma linguagem bem empresarial, não existe uma empresa vencedora num país de perdedores. Portanto, ainda que tivesse só a função do lucro, as empresas não poderiam se negar a olhar o seu entorno – e ela nem acha que esse seja o caso do Brasil, que vem vivendo um crescimento da coerência entre os negócios e as ações sociais das empresas. “O Brasil hoje serve de modelo para o mundo todo”, conclui.

Para Roberto Leher, ao contrário, esses interesses são incompatíveis. Segundo ele, o Brasil de fato tem sido laboratório de um modelo defendido já na década de 1950 pelo economista austríaco Friedrich Hayek. Ele resume: “Hayek considerava razoável que o Estado cuidasse da educação fundamental. O problema estava na pedagogia que o Estado implementava, que segundo ele tinha dois ‘pecados capitais’. O primeiro é uma noção de cidadania que pressupõe que todos são iguais e, com isso, padroniza o público educacional. O segundo é que faz com que a escola deixe de explorar e valorizar o que as pessoas têm de melhor, que é o seu individualismo. A escola precisa, na sua concepção, permitir que os melhores se sobressaiam. Mais do que pensar no bem comum, a escola deve incentivar o empreendedorismo, a competição. Ele sinaliza que seria diferente se o Estado custeasse mas deixasse a sociedade civil formar do jeito certo. É exatamente o que está acontecendo hoje”. ●

Leia na próxima edição: especial – público e privado na educação profissional.

RUY BRAGA

‘Os trabalhadores têm que superar o sindicalismo governista’

André Antunes

Se a primeira década dos anos 2000 foi de relativa passividade no que diz respeito às mobilizações grevistas no Brasil, a segunda tende a ser diferente. Aliás, o cenário já começa a mudar, como aponta o sociólogo e professor da USP Ruy Braga, lembrando as greves recentes nos Correios, nos canteiros de obras do PAC, entre outras. Em seu novo livro, ‘A Política do Precariado’, Braga investiga tanto as causas da passividade dos anos 2000 quanto os indícios de inquietação social presentes nas mobilizações grevistas dos últimos anos, a partir da relação entre governo, sindicatos e os trabalhadores que integram o que chama de precariado. Para ele, embora reconheça as melhorias advindas dos programas federais de redistribuição de renda no último decênio, esse grupo começa a ver os limites desse modelo, confrontado com a piora nas condições de trabalho. Nessa entrevista à Poli, Braga explica o conceito de precariado e fala sobre sua importância para a compreensão do mundo do trabalho no Brasil, argumentando que precarização e formalização não são dinâmicas antagônicas.



Divulgação

O que quer dizer precariado?

A expressão tem sido utilizada na sociologia europeia para definir aqueles setores sociais que foram sendo expulsos do cobertor de proteção do Estado de Bem-Estar Social, em especial após a constituição da União Europeia. O termo tenta dar conta da formação desse amálgama policlassista de setores sociais que foram criando vínculos precários com as empresas e o mercado de trabalho e também com a assistência social do Estado. Eu ressignifiquei essa palavra adaptando para a realidade brasileira, trazendo para o debate marxista, que entende que a mercantilização do trabalho é, em última instância, a causa da precarização do emprego e das relações de trabalho, ou seja, a causa da insegurança social. Tentei fazer uma leitura da trajetória e do destino histórico dessa fração da classe trabalhadora brasileira desde a industrialização fordista até o momento presente. E por precariado eu entendo basicamente aqueles setores da classe trabalhadora que, por não terem qualificações

especiais, tendem a entrar e sair rapidamente do mercado de trabalho: jovens à procura do primeiro emprego, os que se encontram na informalidade e buscam o emprego formal e também os grupos que, embora empregados, estão inseridos em condições muito degradantes de trabalho e são subremunerados.

E como esses processos de produção e reprodução do precariado se dão ao longo da história recente do Brasil?

Com a industrialização fordista nas décadas de 1950 e 1960, houve a criação de uma classe operária no sentido mais tradicional, formada pelo operariado de massa, uma população atraída do campo para a cidade, seduzida pela promessa de direitos sociais e progresso material. No entanto, essa classe operária, que vem em busca de direitos, de qualificação profissional e de progresso material, se encontra com um meio ambiente empresarial marcado pelo despotismo fabril, que é uma característica muito própria do capitalismo nesse estágio, especialmente na periferia do sistema. Como o desenvolvimento do capitalismo fordista brasileiro se dá de forma associada ao capital internacional, os ritmos e as condições salariais são muito mais duras do que nos

Modo de produção idealizado por Henry Ford no início do século passado com o objetivo de produzir mais automóveis a um custo menor, com base na produção em série e mecanização do trabalho.

Estados Unidos e na Europa, porque uma parte desse excedente precisa ser enviada para fora do país. É com isso que essa massa de trabalhadores que chega à indústria se depara. E essa é uma das razões principais da formação do que chamo de precariado metalúrgico, porque o capitalismo fordista na periferia dispensa trabalho altamente qualificado. Existe um núcleo qualificado pequeno e uma franja desqualificada muito grande. As empresas se deram conta disso e passaram a estabelecer um sistema de alta rotatividade no trabalho por perceberem que era uma maneira de lidar com a intensificação crescente dos ritmos derivada da industrialização fordista. Então você coloca trabalhadores jovens, consome rapidamente essa força de trabalho, dispensa-os e coloca mais trabalhadores jovens. Foi isso que em grande medida sustentou a elevação da produtividade durante décadas na indústria fordista brasileira. Este regime despótico de trabalho serviu para reproduzir esse precariado, esse grupo operário periférico que se instala nas periferias das grandes metrópoles, em especial São Paulo, e que também tem que enfrentar condições muito precárias de vida, não apenas de trabalho. Eles chegam às periferias das cidades e não há nenhuma estrutura para recebê-los. Então têm que se mobilizar em busca de serviços públicos, de direitos sociais, de melhores condições de salário. A partir da década de 1990, há uma transformação bastante radical da economia brasileira, que abandona esse padrão fordista periférico em benefício de um padrão pós-fordista financeirizado, com um deslocamento da dinâmica de criação de empregos da indústria para o setor de serviços e, dentro da indústria, do setor de transformação para setores de mineração, energia, da agroindústria, um modelo que em grande medida está associado aos fluxos de capital financeiro internacional, ao processo de financeirização da economia que acompanha a globalização. O

que eu procurei mostrar em meu livro foi a reprodução, sob novas bases, desse precariado, agora pós-fordista, analisando aquele setor da classe trabalhadora que mais cresceu de meados dos anos 1990 até hoje, que foi o grupo de trabalhadores da indústria do *call-center*, que é muito representativo desse novo modelo de desenvolvimento pelo ponto de vista do regime de acumulação.

Quais as características que fazem desse grupo um típico representante do precariado?

Houve várias tendências de transformação da força de trabalho brasileira sob o pós-fordismo, como por exemplo: o processo de intensa feminização do trabalho, que foi a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho; um deslocamento da dinâmica de produção de postos de trabalho da indústria para o setor de serviços, em especial para o setor de serviços vinculado à indústria financeira; um crescimento muito intenso do assalariamento de trabalhadores não-brancos; uma reorganização do meio ambiente empresarial na direção daquilo que chamamos de empresa em rede financeirizada; uma dinâmica de criação de empregos naquela fatia que paga até 1,5 salários mínimos; formalização do emprego, etc. Todas essas características desse novo modelo de desenvolvimento encontram-se representados na indústria do *call-center*.

E como esse conceito contribui para a compreensão das dinâmicas do mundo do trabalho no país?

A hipótese com a qual eu lidei no meu livro é a seguinte: eu considero que o capitalismo na periferia do sistema, historicamente, funciona com base na reprodução e na ampliação desse precariado. Na minha opinião, o que caracteriza a reprodução do capitalismo semiperiférico, como é o caso do brasileiro, não é a existência de uma enorme massa pauperizada da população, mas sim a reprodução e a ampliação dessa massa precarizada. O que causa espanto quando exponho essa ideia é que as pessoas dizem que nos últimos dez anos houve aumento da formalização do emprego. Eu digo que sim, mas a precariedade das relações laborais não se confunde com a informalidade ou a formalidade. Ainda que tenha havido muita formalização, ela foi acompanhada por processos de trabalho precário, degradante. Ainda hoje, 40% da população trabalhadora está fora do mercado formal de trabalho. Porém, existem ainda situações de emprego com sub-remuneração e condições degradantes de trabalho que caracterizam a reprodução da precarização.

A relação entre governo, sindicatos e trabalhadores precarizados ao longo da história é central na sua análise, segundo a qual o 'lulismo' se caracteriza como "superação dialética" do populismo brasileiro. Por quê?

Eu uso superação dialética como uma maneira de expressar um movimento em que se tem ao mesmo tempo uma negação, uma conservação e uma elevação a um patamar superior. De fato houve um momento em que o novo sindicalismo brasileiro, apoiando-se em um forte enraizamento nas bases e impossibilitado de negociar com as empresas e com o governo, porque era o período da ditadura, se viu obrigado a romper com a estrutura sindical. Foi uma ruptura rápida, mas que ocorreu no ciclo grevista de 1978 a 1980 e se estendeu ao longo dos anos 1980 com

Sistema característico do capitalismo globalizado, baseia-se na descentralização, flexibilização e introdução de novas tecnologias da informação nos processos de produção. Sob o pós-fordismo, aumenta a importância do setor de serviços na geração de empregos, bem como as taxas de subcontratação e terceirização

avanços e recuos, tensões e conflitos. Ao mesmo tempo, também ao longo da década de 1980, acontece a conservação, a reconciliação com a estrutura sindical e com o próprio Estado brasileiro. E a eleição do Lula, que é exatamente esse grande herdeiro da tradição do novo sindicalismo, eleva a relação entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho do Estado a um patamar inédito para o populismo. As lideranças sindicais populistas tinham relação privilegiada com as autoridades e políticos populistas, mas nunca ocuparam postos chave das empresas estatais, nos fundos de pensão – que na época não existiam – ou espaço nos ministérios como acontece hoje. O que quero dizer é que existe uma relação entre o lulismo e o populismo, mas não uma substituição simples, ou seja, sai o populismo entra o lulismo e é a mesma coisa. Existe alguma conexão, mas, aos meus olhos, ela se caracteriza melhor por esse processo de superação dialética.

No seu livro, o senhor argumenta que a ‘hegemonia lulista’ nos anos 2000 apoiou-se no consentimento passivo das classes subalternas, atraídas por programas de redistribuição de renda e pelos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aliado ao consentimento ativo das direções sindicais, seduzidas por cargos no aparato estatal. Como se deu isso?

Eu procurei estudar a relação do precariado com o regime de acumulação e com o modo de regulação, ou seja, das políticas públicas federais, que são o Bolsa Família, o aumento do salário mínimo, o aumento do crédito consignado, etc. Então procurei identificar essa relação triangular. A conclusão é que não existe um contentamento generalizado do precariado, pelo contrário; o que existe é um contentamento relativo que diz respeito às políticas públicas federais, que é mediado por uma profunda inquietação no que diz respeito às condições de trabalho e emprego: o salário, as condições reais de trabalho, etc. Nesse último período, a dinâmica da criação de empregos no Brasil se concentra na fatia que paga até 1,5 salários mínimos, em torno de 94% do emprego formal que foi criado no Brasil nos últimos dez anos. É uma remuneração baixa em termos gerais, e ao mesmo tempo houve um aumento da taxa de terceirização, da taxa de subcontratação e uma elevação muito drástica do número de acidentes de trabalho. Isso demonstra a reprodução das bases despóticas desse regime de acumulação pós-fordista. O meu argumento é que o precariado brasileiro percebe que ocorreram progressos que ele associa com as políticas públicas federais, mas ao mesmo tempo ele é capaz de identificar muito nitidamente os limites desse progresso da última década.

Como essa inquietação social se manifesta atualmente?

Ela se manifesta na elevação do número de greves, que é um expediente típico. De 2008 até hoje, há um aumento anual no número de greves, ao ponto de em 2011 este número repor o patamar histórico no Brasil do final dos anos 1990. Analisando a curva, percebemos que nos anos 2000 o número de greves se localiza em um patamar abaixo da média histórica brasileira dos últimos 40 anos. A partir de 2008, percebemos um claro aumento no número de greves. Outro indício passa pelo próprio comportamento da CUT, que prepara uma retomada da mobilização grevista nesse início de ano, exatamente porque percebeu que não pode ficar contendo greves, sob o risco de perder espaço de representação sindical para as centrais de oposição ao governo, como é o caso notoriamente da CSP-Conlutas e da Intersindical.

O senhor observa uma tendência de intensificação dos movimentos grevistas nos próximos anos?

Isso já está acontecendo, basta ver o número de greves. Além disso, tem havido greves muito sintomáticas, realizadas por setores-chave, como,

por exemplo, do sindicalismo bancário. Como você explica que um sindicato, uma federação de bancários controlada pela CUT, faça greve basicamente contra o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal? É evidente que os sindicalistas percebem que há uma inquietação muito forte nas bases e o poder sindical tem essa plasticidade, essa capacidade de se moldar. Ou ele se molda ou então é superado. Essa é uma dinâmica bastante complexa de negociações, pressões, etc. Há um processo mais ou menos equivalente, semelhante nas greves de trabalhadores dos Correios, dos professores do ensino fundamental, nas próprias ondas grevistas das obras do PAC. Há uma dinâmica sindical nova, renovada pelo esforço dessas bases em enfrentar tanto as empresas quanto o governo. Os anos 2000 foram anos de relativa passividade do ponto de vista da mobilização operária, da mobilização dos trabalhadores de maneira geral, e isso em grande parte se dá pela postura da CUT e de outros sindicatos governistas. Criou-se uma situação em que os trabalhadores foram estimulados a acreditar que bastaria esperar a ação do governo que estaria tudo resolvido, mas eles perceberam que isso não aconteceu, pelo menos da maneira como havia sido anunciado pelas próprias lideranças sindicais. Eles passaram a se mobilizar novamente a partir do final dos anos 2000. Acho que hoje o sindicalismo lulista se transformou em um obstáculo à mobilização, à busca por novos direitos e, consequentemente, os trabalhadores têm que lutar não apenas contra as condições de trabalho e as empresas, mas também contra essa postura sindical passiva, que foi estimulada pelo sindicalismo lulista nesse último período. Como sindicalismo lulista estou pensando não só na CUT, mas também na Força Sindical, UGT, CTB, entre outras. Nesse sentido, eu entendo que os trabalhadores têm que superar o sindicalismo governista para readquirir capacidade de mobilização.

O senhor citou os acidentes de trabalho como um fator de inquietação social do precariado. Nos anos 2000 houve um aumento significativo nesse número. Qual a conexão entre esse aumento e a transição do regime fordista para o pós-fordista?

A elevação das taxas de terceirização, da flexibilização do trabalho, apontam para uma deterioração das condições de consumo da mercadoria força de trabalho. Há uma intensificação da jornada e dos ritmos e uma diminuição das condições de treinamento desta força de trabalho, há um endurecimento generalizado das condições de consumo da força de trabalho, e isso tende a repercutir sobre as taxas de acidentes e mortes no trabalho. Então eu vejo uma relação mais ou menos direta entre o aumento da terceirização, o aumento da flexibilização e a elevação do número de acidentes. Os dados do Ministé-

rio da Previdência apontam para isso: praticamente dobrou o número de acidentes de 2003 até hoje. Então você percebe claramente que, apesar do aumento da formalização e da proteção que acompanha o aumento da formalização de trabalho – o que é muito positivo –, há uma deterioração das condições de consumo da mercadoria força de trabalho.

Qual a sua análise sobre o atual governo até agora nas áreas trabalhista e sindical?

O governo Dilma até o momento não criou nenhum direito novo. A aprovação da PEC das empregadas domésticas no Senado seria um avanço bastante significativo para o precariado brasileiro, mas até o momento isso não aconteceu. O governo Dilma se move num contexto de desaceleração econômica, o que significa que ele tende a se tornar mais duro em termos de negociação salarial com o seu funcionalismo público e com os trabalhadores das empresas estatais, haja vista essas duas longas greves gerais que tivemos recentemente em que as negociações foram duríssimas. Uma coisa é você negociar uma campanha salarial prevendo crescer 4% ao ano, outra é negociar prevendo crescer 1%, isso muda completamente o cenário. O governo Dilma, até o momento, no que diz respeito à relação com os trabalhadores, tem sido muito mais duro do que o governo Lula. O risco maior é que o governo se veja abandonado pelas suas bases sociais, ou seja, esse conjunto de trabalhadores. Essa é a grande preocupação da CUT hoje, que esses setores de trabalhadores mais próximos do governo adiram a centrais sindicais antigovernistas. Acredito que essa ficha já caiu na cabeça do sindicalismo lulista, que tem se preocupado com isso. Não dá para prever o futuro, mas analisando as tendências recentes, eu diria que muito provavelmente a relação do governo Dilma com suas próprias bases sociais, trabalhistas, será bastante mais problemática do que foi até o momento. ●

Call-centers: faces da precarização contemporânea

Os teleoperadores são hoje uma das principais categorias profissionais do Brasil, como ressaltam Ruy Braga e Ricardo Antunes na apresentação do livro 'Infoproletários'. Em 2006, estimava-se que o número de teleoperadores atuando dentro e fora dos *call-centers* chegava a 675 mil, um mercado que movimentou R\$ 67 bilhões. O mercado de telemarketing e teletendimento apresentou um faturamento de R\$ 3,75 bilhões naquele ano. Segundo os autores, esse setor de atividades é representativo de importantes transformações pelas quais atravessou a economia desde meados da década de 1990, uma vez que “trata-se de um setor que praticamente emerge do ciclo de privatizações do sistema Telebrás”. Com a desnacionalização e financeirização do setor que se seguiu à privatização, continuam os autores, as empresas passam a buscar a valorização de seus ativos financeiros como forma de aumentar a remuneração de seus acionistas, o que repercutiu negativamente sobre os trabalhadores, aprofundando as terceirizações, “comportando múltiplas formas de precarização do trabalho, além de modos exacerbados de intensificação dos tempos e movimentos no ato laboral”. Sirlei Marcia de Oliveira, em um dos ensaios que compõem o livro organizado por Antunes e Braga, a título de exemplo, afirma que antes das privatizações e da terceirização dos serviços, o piso salarial na Telesp era de R\$ 750, em julho de 2003, caindo para R\$ 510,92 após o ciclo de privatizações. A saúde desses trabalhadores também é alvo de preocupação, uma vez que, de acordo com Sirlei, muitos deles apresentam problemas auditivos, de fala, oculares, ortopédicos e relacionados à Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e depressão em razão do stress. O assédio moral a que são submetidos é outra queixa frequente dos teleoperadores, que, segundo Ruy Braga, centra-se na “ação cotidiana de alguns supervisores e coordenadores de operação que desrespeitam os teleoperadores com gritos e insultos. Ou mesmo o assédio institucionalizado e dissimulado sob a forma de 'jogos' ou 'brincadeiras' – o 'nariz de palhaço' e a 'camiseta de mico' como formas de constranger aqueles que não atingem a meta”. Outra característica do setor é a frágil capacidade de representação dos sindicatos da categoria, como conclui Sirlei Marcia de Oliveira a partir de estudo realizado em empresas paulistas. “Isso se devia à dificuldade surgida no setor após a privatização, quando foi ampliado o número de empresas terceiras que passaram a integrar o processo de negociação. O rearranjo colocava os sindicatos diante de uma nova realidade: negociar com uma quantidade maior de companhias privadas e que seguiam a lógica de mercado [...] A grande rotatividade e o baixo tempo de permanência dos trabalhadores no emprego também dificultam a mobilização e organização dessa categoria”.

“Três milhões - três milhões! – de criaturas atoladas na mais lúgubre miséria mental e fisiológica por artes de um baratão! [...] Três milhões de quantidades negativas, incapazes de produzir, roendo, famintas, as sobras da produção alheia - o que é pior, condenadas ao mau fado de viveiros do parasito letal para que bem assegurada fique a fartura e permanente contaminação dos sadios”

Monteiro Lobato, criador do Jeca Tatu, expressava no livro ‘Problema Vital’, escrito em 1918, sua indignação frente à pobreza e às péssimas condições de saúde a que estavam submetidas as populações do Brasil rural no início do século 20. Os três milhões de que ele fala referem-se à estimativa do número de brasileiros infectados pela doença de Chagas no final da primeira década do século passado, em torno de 15% da população do país à época.

Endemia do sertão

A doença havia sido descoberta nove anos antes pelo médico sanitário Carlos Chagas, durante uma expedição à cidade mineira de Lassance, onde um surto de malária vitimava operários responsáveis pela construção de um ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil. Ali, Chagas atendeu uma menina de 2 anos que apresentava febre alta, tinha o rosto e o corpo cobertos por edemas e problemas no sistema nervoso. Ao examinar o sangue da menina, o médico encontrou protozoários da espécie *Trypanosoma cruzi*, transmitido aos seres humanos por meio da picada de um inseto que infestava as casas de pau a pique no meio rural: o barbeiro, o tal “baratão” a que Monteiro Lobato se refere no texto acima. Foi a primeira vez que o parasita foi encontrado em um ser humano: estava descoberta a doença de Chagas, chamada assim em homenagem a Carlos Chagas.

O achado contribuiria para a difusão de um movimento pelo saneamento do interior do Brasil, onde as endemias que afligiam a população – aliadas ao descaso do Estado - passaram a ser vistas como um dos fatores que explicavam o ‘subdesenvolvimento’ do país.

Fonte: ‘Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história’ – Carlos Fidelis Ponte e Ialê Faleiros (orgs.)

PRA LEMBRAR

26 de março

Em 1816, chega ao Brasil a Missão Artística Francesa, que traz para o país artistas como Jean-Baptiste Debroy e Nicolas Taunay, entre outros, com o objetivo de fundar no Rio de

Janeiro, então capital federal, uma Academia de Artes.

22 de abril

Nasce, em 1870, Vladimir Ilitch Lenin, um dos líderes da Revolução Russa de 1917.





Usuário de crack no centro de São Paulo: dados sobre essa população ainda são escassos, segundo especialistas

Crack, desinformação e sensacionalismo

Escassez de dados
sobre consumo de
crack no território
nacional coloca em
xeque estratégias de
enfrentamento
do problema

André Antunes

“Nós temos que dar para esse problema do crack um tratamento de surto epidêmico. Todo agravamento à saúde que apresenta uma variação no número de casos que supera a série histórica, que muda o seu perfil regional, de localização dessa ocorrência e que ultrapassa grupos tradicionais e começa a acometer outros grupos [é considerado uma] epidemia. E esse é conceito que o Ministério da Saúde, o conjunto do governo e a sociedade assumem”. A frase foi dita pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em uma coletiva de imprensa no final de 2011, durante o lançamento do programa ‘Crack: é possível vencer’, do governo federal. A ideia de que o Brasil vive uma epidemia de crack serviu de alicerce para a implantação do programa, para o qual foram destinados R\$ 4 bilhões, e que trouxe algumas medidas polêmicas para frear o avanço do consumo desta droga pelo país, como a internação compulsória e o apoio às chamadas comunidades terapêuticas (a revista *Poli* N° 22, de março e abril de 2012, dedicou uma matéria ao programa e seus pontos polêmicos).

Mas não são apenas nas palavras de Padilha que a preocupação com a dita ‘epidemia de crack’ se expressa. Basta, por exemplo, abrir o jornal, de onde brotam manchetes como: ‘Consumo médio de crack é de 1 tonelada por dia e sistema de saúde atende 250 mil usuários por mês’; ‘Epidemia de crack no Brasil lembra os EUA em 1980’; ‘Consumo de crack avança na capital federal’; ‘Usuários de crack na cidade podem chegar a 6 mil’; ‘Crack já chega ao interior do estado’; ‘Avanço do crack: pontos de consumo aumentam’; ‘Brasil é o maior consumidor mundial de crack’; ‘Rascunhos do futuro: epidemia de crack já provoca evasão escolar e até morte de alunos’; ‘Crack ajuda a elevar estatísticas de homicídios no país’; ‘Consumo de crack cresce sem controle no Brasil’. Vale lembrar que todas as matérias foram publicadas nos últimos seis meses.



Cracolândia' em São Paulo: apesar de causarem comoção, cenas abertas de consumo não são predominantes no país.

Mas quanto disso tem embasamento em dados concretos e pesquisas confiáveis e quanto pode ser considerado alarmismo e sensacionalismo, frutos do desconhecimento a respeito da droga? Quem e quantos são realmente os usuários de crack hoje no país? Pesquisadores da área ouvidos pela Poli alertam para o fato de que os dados com abrangência nacional são esparsos e mesmo os que existem são muitas vezes negligenciados na hora de planejar políticas efetivas para dar conta do problema. Além disso, especialistas veem no pânico social causado pela enxurrada de notícias e informações desencontradas sobre o crack uma maneira de garantir apoio para medidas que ferem princípios constitucionais e de direitos humanos.

Epidemia?

Sergio Alarcon, psiquiatra e doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), explica que pesquisas de abrangência nacional acerca do consumo de crack existem, mas ressalta: “o problema não é exatamente a inexistência de pesquisas, mas que as pesquisas sobre drogas são antigas ou parciais – como, por exemplo, as baseadas em inquéritos domiciliares – ou então têm metodologias discutíveis – como as que avaliam o crescimento da circulação de uma droga a partir do número de apreensões realizadas pelos aparelhos repressivos”, complementando em seguida: “Falar que estamos vivendo uma epidemia do crack baseado nesses dados é no mínimo leviano – para não dizer absurdo – do ponto de vista científico”.

Além disso, como aponta Marco Aurélio Soares Jorge, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), o emprego do termo ‘epidemia’ para falar do abuso de crack no país – além de referendar uma imprecisão estatística – traz para o debate público um preconceito a respeito dos usuários. “A palavra epidemia é péssima, perigosa inclusive, porque dá a ideia de uma coisa contagiosa. Vamos imaginar

que eu seja usuário de crack e estou junto de você. Você vai se contagiar e começar a fumar crack? Óbvio que não, mas epidemia é assim. Acredito que falar em epidemia de crack serve até para colocar uma questão que é social como uma doença. E aí os usuários de crack passam a ser vistos como perigosos, pessoas que podem contaminar a sociedade”, critica.

Expansão do crack

Ainda que os levantamentos já realizados sejam parciais e antigos, como apontou Alarcon, a análise de alguns dados presentes nesses mostra que, de fato, o consumo de crack vem se expandindo pelo território nacional. Circunscrito inicialmente a São Paulo, onde já no início da década de 1990 foram identificadas cenas de consumo da droga, o crack espalhou-se pelo Brasil, e hoje já é possível encontrá-lo em todo o país. É o que aponta o ‘II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil’, de 2005, pesquisa do Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psico-

tropicadas da Universidade Federal de São Paulo (Cebriid/Unifesp). Com base em cerca de 8 mil entrevistas realizadas nas 108 cidades do país com mais de 200 mil habitantes, o levantamento levou em conta tanto as drogas lícitas, como o álcool e o tabaco, quanto as ilícitas, como o crack, a maconha e a cocaína, apresentando uma estimativa do número de pessoas que já haviam feito uso na vida e as que eram dependentes de cada uma destas substâncias, como também um perfil parcial dessas pessoas. Além disso, o levantamento também traz alguns dados sobre a percepção das pessoas a respeito da facilidade de se obterem drogas e de sua periculosidade.

O estudo apontou que 0,7% dos entrevistados – o que corresponde a uma população estimada de 381 mil pessoas – já havia feito uso de crack na vida. Os maiores índices foram observados entre homens na faixa etária de 25 a 34 anos (3,2%) e de 18 a 24 anos (1,1%). No primeiro levantamento do tipo realizado pelo Cebriid, em 2001, o índice de entrevistados que havia feito uso de crack foi 0,4% – uma população estimada de 189 mil pessoas. A maior prevalência também era encontrada entre os homens adultos, mas o índice era menor do que o encontrado em 2005: 1,2% na faixa etária de 25 a 34 anos e 0,9% na faixa de 18 a 24 anos.

De acordo com o levantamento de 2005, a região Sul foi a que teve a maior porcentagem de entrevistados que afirmaram ter consumido crack na vida, 1,1%, seguida pela região Sudeste, com 0,9%, pelo Nordeste, com 0,7% e pelo Centro-Oeste, com 0,3%. Embora não tenha sido identificado consumo de crack na região Norte, o estudo apontou 0,8% de entrevistados que relataram ter feito uso da merla, que, assim como o crack, é derivada da pasta de cocaína, consumida em pedras que são fumadas. O consumo de merla também foi identificado no Centro-Oeste (0,3% dos entrevistados relataram ter feito uso), no Nordeste (0,2%), no Sul (0,2%) e no Sudeste (0,1%).

Para efeito de comparação, a pesquisa de 2005 apontou que a prevalência do consumo na vida de álcool foi de 74,6% dos entrevistados e a de tabaco foi de 44%. O estudo também apontou que 12,3% dos entrevistados eram dependentes de álcool, e, 10,1%, do tabaco. Com exceção do álcool e do tabaco, as drogas lícitas mais consumidas foram os solventes, que tiveram índice de uso na vida de 6,1% e de 0,3% de dependentes; seguidos pelos ansiolíticos, com 5,6% de uso e 0,5% de dependentes, e as drogas estimulantes do apetite, com 4,1% de uso. Entre as drogas ilícitas, a primeira em termos de consumo foi a maconha: 8,8% dos entrevistados afirmaram já ter consumido durante a vida e o índice de dependentes foi de 1,2%. Já a cocaína foi consumida por 2,9% dos entrevistados.

Com base nos dados disponíveis, o professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Tarcísio Andrade, questiona o excesso de atenção que o crack vem recebendo do poder público e da grande mídia em detrimento de outras drogas. “O uso de cocaína cheirada ainda é superior ao uso do crack, e maconha então é bastante superior. Mas nós temos falado de crack como se ele fosse prevalente sobre todas as outras drogas”, critica. Em sua opinião, a droga vem sendo usada politicamente como forma de as prefeituras garantirem recursos do programa federal de combate ao crack apoiadas na escassez de dados sobre seu consumo. “Quando o governo anunciou R\$ 4 bilhões para o crack, logo em seguida saiu uma pesquisa dizendo que a grande maioria dos municípios tinha problema com seu uso. Da maneira como a nossa política funciona, se a pessoa sabe que tem recurso disponível e você chega à cidade e pergunta se tem problema com o crack, é claro que ele vai dizer que tem”, aponta Tarcísio, fazendo referência a uma pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) que apontava que o crack era um problema em 98% dos 3.950 municípios ouvidos pela pesquisa. O levantamento foi feito com base em um questionário em que os gestores municipais tinham que responder se a cidade enfrentava ou não problemas relacionados ao consumo de drogas e, em caso de resposta afirmativa, tinham que dizer com qual droga; as únicas alternativas possíveis eram ‘crack’, e ‘outras drogas’. Tarcísio arremata: “Temos um problema com o uso de crack? Temos, mas ele não tem a dimensão que está posta. Por consequência dessa amplificação, desse pânico social, acaba-se fazendo um diagnóstico errado e tomam-se medidas supostamente terapêuticas também equivocadas”.

Crack e pânico social

A pesquisa do Cebriid também oferece alguns indícios dos efeitos na população dessa amplificação do problema. De acordo com o levantamento, 77,1% dos entrevistados consideraram que utilizar cocaína ou crack uma ou duas vezes na vida oferecia um risco grave, enquanto para a maconha esse índice foi de 48,1%. Já a ingestão de uma ou duas doses de álcool por semana oferecia risco grave para 20,8% dos entrevistados. Os dados a respeito do crack vão ao encontro de noções que se tornaram senso comum entre os brasileiros: a de que a droga ‘vicia na primeira tragada’, que ela causa rápida degradação física e moral, é causadora da desestruturação familiar, mata muito rapidamente, etc.

Sergio Alarcon afirma que muitas vezes se confunde causa e efeito quando o assunto é crack. “O crack não é uma droga distinta da cocaína: é a própria cocaína transformada em um composto disponível para o consumo através do fumo. Seu sucesso está relacionado aos baixos custos para a sua produção e aquisição. O crack se tornou a cocaína dos estratos economicamente mais baixos da população. Ele apenas substituiu como droga de preferência outras drogas que sempre foram utilizadas contra a dor física e moral produzida pela miséria. O crack desnuda a miséria humana para muitos daqueles que certamente prefeririam mantê-la na

invisibilidade”, coloca. Tarcisio Andrade complementa, afirmando que a droga cai como uma luva em contextos sociais marcados pela miséria. “Quando se diz que a pessoa que usa crack vai ficar na rua, na sarjeta, esquece-se que já existia rua e sarjeta antes do crack. É provavelmente, para essas pessoas vivendo nas ruas em condições extremamente desfavoráveis, o crack dá um suporte, ao melhorar o estado de ânimo diante de uma realidade terrível. Ele é um estimulante, um antidepressivo, tira a fome do indivíduo mal alimentado. Há um ciclo vicioso mas que não começou com a droga, ela chega em um segundo momento”, conclui.

A maior dificuldade que o crack coloca, segundo Alarcon, não é tratar os usuários compulsivos, e sim dar conta de acabar com a miséria que leva muitas pessoas a consumirem a droga. “Todos os que entendem minimamente de Saúde Mental e Saúde Pública sabem o que fazer e como fazer, e por isso queremos a implantação dos equipamentos públicos preconizados pelo SUS. O problema é como cuidar para retirar da miséria essas pessoas, e como evitar a fábrica de miseráveis, de crianças e adolescentes abandonados que, uma vez nas ruas, encontrarão outras drogas muito mais devastadoras que o crack, como a exploração sexual, as doenças infectocontagiosas e a violência extrema – inclusive a violência do Estado”, diz.

No artigo ‘Causa mortis em usuários de crack’, publicado em 2006, pesquisadores do Departamento de Psiquiatria da Unifesp apontaram indícios de que a mortalidade destas pessoas estava muito mais relacionada à violência e à vulnerabilidade às doenças infectocontagiosas do que propriamente ao consumo da substância. O estudo acompanhou, por cinco anos, 131 usuários de crack da cidade de São Paulo que se internaram em um serviço de desintoxicação. Ao final de cinco anos, dos 124 pacientes localizados, 23 deles haviam morrido, sendo 13 assassinados. Outros seis pacientes

morreram em decorrência da AIDS e um morreu de hepatite B. Outros dois pacientes morreram de overdose e um por afogamento. Metade dos pacientes que morreram tinha menos de 25 anos. O estudo apontou que a probabilidade de um usuário de crack morrer era sete vezes maior do que a da população geral no período estudado na cidade de São Paulo. “Muitos usuários de crack usam a droga porque ela dá mais energia e eles têm que passar mais tempo acordados, porque moram em condições de altíssimo risco de vida. É uma ilusão isso que se veicula em relação ao crack, como uma coisa avassaladora que mata rapidamente. Na verdade, essas pessoas têm uma vida muito frágil, mas não necessariamente só pelo crack”, aponta Marco Aurélio.

Os pesquisadores da Unifesp Ligia Bonacim Duailibi, Marcelo Ribeiro e Ronaldo Laranjeira, no artigo ‘Perfil dos usuários de cocaína e crack no Brasil’, fazem uma revisão de artigos acadêmicos disponíveis sobre o tema em bases de dados e no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Segundo o levantamento, o usuário de crack tem um perfil jovem, desempregado, com baixa escolaridade, baixo poder aquisitivo, proveniente de famílias desestruturadas, com antecedentes de drogas injetáveis e comportamento sexual de risco. Esses fatores, diz o artigo, o tornam um indivíduo “de difícil adesão ao tratamento, com necessidades de abordagens mais intensivas e apropriadas a cada fase de seu tratamento”. Além disso, outras dificuldades para a manutenção do tratamento apontadas pelo artigo são “o não reconhecimento do consumo como um problema, passando pelo *status* ilegal e a criminalidade relacionada a estas drogas, pela estigmatização e preconceitos, pela falta de acesso ou não aceitação dos tipos de serviços existentes”. Já entre os fatores que promovem melhor adesão estão a farmacoterapia, encaminhamento a grupos de ajuda mútua, atendimento às mães e a família e atendimento médico geral. Os pesquisadores concluem afirmando que as informações relacionadas ao consumo de cocaína e crack no Brasil “ainda estão aquém do desejável, especialmente quando se vislumbram ações de política pública orientadas por evidências científicas e capazes de atender a todas as particularidades relacionadas à prevenção e tratamento dessas substâncias. Por outro lado, observou-se nos últimos vinte anos uma produção crescente de conhecimento acerca do tema [...] Novos estudos epidemiológicos e levantamentos são necessários em todos os campos levantados”.

A reportagem da Poli entrou em contato com a assessoria de imprensa do Ministério da Saúde para agendar uma entrevista, mas foi informada de que a pasta não falaria sobre o assunto.

Novas pesquisas prometem suprir lacunas

Atualmente estão em andamento algumas iniciativas no sentido de ampliar o conhecimento acerca do número, localização e perfil dos usuários de crack no país. Uma delas é uma pesquisa conduzida pela Fiocruz em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça, coordenada pelo pesquisador Francisco Inácio Bastos, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). A pesquisa, explica Francisco, “é inteiramente diversa dos trabalhos anteriores, invariavelmente tributários de inquéritos domiciliares clássicos e estudos com escolares. Ambos têm imensos méritos, mas, por uma questão lógica, eles não podem e não devem ser extrapolados para uma população que justamente chamou a atenção de todos no Brasil por estar em cenas abertas de uso, e não nos domicílios ou nas escolas. Seria ótimo se estivessem, pois isso se traduziria em mais gente frequentando escolas e inseridas na vida familiar, mas, infelizmente, não é isso que ocorre”. Ele explica que a pesquisa da Fiocruz se baseia em inquéritos reali-

zados nas próprias cenas de uso do crack, precedidos por um mapeamento dessas cenas em todo o Brasil e uma estimativa do número de usuários em cada capital brasileira através de um método desenvolvido nos Estados Unidos chamado *scale-up*. “Esse método procura estimar os fenômenos a partir das redes sociais dos entrevistados, ou seja, você pode não achar, por exemplo, um usuário de drogas atemorizado por uma incursão ou um traficante que não deseja, obviamente, ser identificado, mas seja lá quem for a pessoa, ela tem mãe, pai, marido, mulher, filhos, amigos, conhecidos. Portanto, se você for às redes sociais, de alguma forma as pessoas entrevistadas da população em geral terão alguma interação com os indivíduos que você deseja saber quantos são”, explica.

Ainda que as cenas de uso abertas nas chamadas ‘cracolândias’ das grandes cidades seja o fator que mais causa comoção em relação ao crack, Francisco aponta que a pesquisa – cujos resultados já estão prontos, mas aguardam definição do governo para serem divulgados – já tira algumas conclusões contrárias ao que vem sendo veiculado a respeito do consumo de crack. “Há a ideia de que tudo está concentrado nas macrocenas, as chamadas ‘cracolândias’, quando na verdade o que predomina são pequenas cenas, pouco visíveis, e extremamente móveis e dinâmicas. O segundo erro é não conseguir compreender as marcantes heterogeneidades regionais e sociais. Por exemplo, nas fronteiras do Brasil, o mercado é basicamente de pasta base e atacadista, não existem cenas nos moldes das paulistas ou cariocas”, revela o pesquisador, concluindo: “É hora de retirar o país da camisa de força da homogeneidade simplificadora. Um país que é diverso em tudo, seria homogêneo apenas em relação ao crack?”.

Segundo Tarcísio Andrade, a predominância das pequenas cenas de consumo de crack identificadas pela pesquisa coordenada

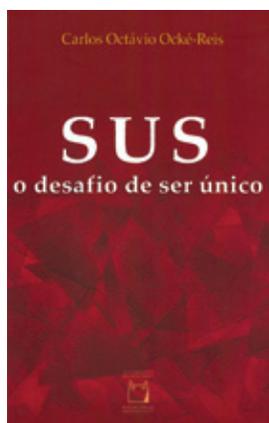
por Francisco Inácio ratifica uma observação do cotidiano das pessoas que trabalham com uso de crack em uma grande cidade. “A não ser os que trabalham exclusivamente no centro da cidade, os profissionais sabem que os grandes problemas não estão nos lugares que concentram a grande população visível de usuários, que é o que chama atenção e é o que está alimentando a mídia e as políticas públicas, sobretudo por esse viés da higienização social, da repressão. Se você conhece um pouco mais os bairros, vê que ali também há um grande problema de uso de drogas e que há uma falta muito grande de perspectivas para essa população jovem, que vai muito além do que é visível no centro da cidade nas chamadas ‘cracolândias’”.

Tarcísio integrou uma equipe de pesquisadores que conduziu um estudo com usuários de crack nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, financiado pelo Ministério da Saúde e dirigido pelo coordenador do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas (Projad) do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marcelo Santos Cruz. De acordo com Marcelo, o objetivo do estudo era conhecer o perfil desses usuários de crack com vistas a fornecer subsídios para elaboração de políticas de saúde e assistência social nesses locais. Segundo ele, o estudo apontou que nestas duas cidades predominam os usuários de crack do sexo masculino, com baixa escolaridade e excluídos do mercado formal de trabalho. “São pessoas que em sua maioria até têm algum trabalho, mas que são trabalhos informais. Muitos têm envolvimento no trabalho sexual, trocam sexo por dinheiro ou drogas, e são pessoas que vivem na rua ou que até têm moradia, mas que passam muito tempo na rua em uma situação de instabilidade grande”, enumera. Outro ponto importante detectado pela pesquisa, segundo Marcelo, foi em relação ao acesso aos serviços

de assistência social e de saúde. “Embora essa população relate muitos problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais, eles acessam pouquíssimos serviços, procuram somente quando tem algum ferimento, dor e, quando procuram, de uma forma geral se sentem muito mal atendidos”, aponta, complementando: “Em geral eles procuram Unidades de Pronto Atendimento e reclamam de coisas que vão desde a burocracia – como, por exemplo, quando têm de apresentar documentos comprovando que moram na região – até a maneira como são tratados, com preconceito por estarem sujos, serem moradores de rua”. Segundo Marcelo, essa população tende a procurar mais os serviços de assistência social e locais que oferecem alimentação gratuita e abrigo, como órgãos ligados a instituições religiosas e das secretarias municipais de assistência social. Muitos deles, diz, também manifestam o desejo de parar de usar a droga. “Aí tem uma coisa que parece uma contradição: eles manifestam desejo de parar de usar a droga, mas procuram pouco esses serviços. Teríamos que entender por que, se é uma questão de não ter serviços na área, desconhecimento, isso teria que ser investigado”.

Uma diferença entre o Rio de Janeiro e Salvador refere-se à forma como o crack é consumido, segundo o coordenador do Projad. “No Rio é mais comum o uso de copos descartáveis, enquanto em Salvador é mais comum o cachimbo e também o que eles chamam de ‘pitolho’, que é o crack misturado à maconha”, diz Marcelo, que explica que esses dados são importantes na hora de planejar maneiras de lidar com essa população. “Existe uma tese de que o uso com a maconha seria uma estratégia para diminuir os efeitos negativos do crack, e até se levanta a hipótese de que isso diminuiria as lesões na boca do sujeito, que não usa o crack diretamente na lata ou no cachimbo. Com essas informações, fica mais fácil propor estratégias”.

Entre o 'SUS possível', mercantilizado, e o SUS Único em defesa da vida



Ao longo de todo o livro 'SUS: o desafio de ser único', Carlos Octávio Ocké-Reis discute um dilema atual, presente nos espaços de formulação de políticas, na academia e na sociedade: o mercado de planos de saúde é problema ou solução para o sistema de saúde brasileiro?

Ocké-Reis não tem dúvida quanto à resposta: o problema não é o SUS, e sim o mercado. Defende que o setor privado, organizado como "sistema paralelo" ao SUS, prejudica o setor público, inviabilizando preceitos constitucionais, reproduzindo desigualdades sociais e aprofundando iniquidades de acesso dentro do sistema de saúde.

Com apurado rigor acadêmico, suas reflexões não se atêm a investigar e comentar a realidade, mas apresentam contrapontos e propostas concretas à atual tendência de privatização e mercantilização do sistema de saúde brasileiro. Ele mostra que a implementação do SUS necessita enfrentar problemas estruturais do sistema: subfinanciamento; fragmentação e segmentação; estruturas estatais com capacidade gestora e regulatória com relativa fragilidade; subsistema privado concentrado e crescente pelo gozo de incentivos governamentais e deficiência do quadro regulatório.

Tais problemas geram inegáveis obstáculos ao provimento de serviços de saúde, aproveitados real e ideologicamente para impulsionar reformas de cunho liberalizante, que valoram positivamente o subsistema privado, a estratificação de clientela e a não unicidade do SUS. Expressão concreta disso se dá quando pesquisas de opinião e a pauta sindical apontam o acesso a planos de saúde como "sonho de consumo da nova classe média", ou "benefício indireto" para trabalhadores.

O autor, porém, conclama partidos progressistas, centrais sindicais e movimentos populares a compreender o significado histórico da luta pela regulamentação do mercado de planos de saúde e pela unicidade do sistema de saúde brasileiro. Sua efetiva implementação "pressupõe transformações estruturais e um novo modelo de desenvolvimento, onde o Estado democrático, o setor produtivo e o interesse público tenham papel estratégico em nosso futuro".

O que une os textos do livro, resultados de trabalhos anteriores, é a crítica do domínio privado sobre o Estado na área da saúde, onde sua estrutura e dinâmica impedem a radicalização do SUS, e a certeza de que sua superação passa pela sua inversão, subordinando o mercado aos princípios do SUS.

Ocké-Reis defende uma ampla reformulação do modelo regulatório, abrangente, ouvida, e em alguns pontos, controversa. Nela, a chamada saúde suplementar seria orientada pelo interesse público, reforçada por um regime de concessão dos serviços públicos. Propõe limitar a renúncia fiscal do Estado, à criação de empresas-modelo, e mudanças constitucionais. Propõe uma ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) sob esboço de um projeto sistêmico e democrático, para romper a tecnocracia e a razão instrumental, e impedir que a assistência à saúde seja convertida em bem de consumo.

Nessa agenda de reforma pública não há ingenuidade. Ocké-Reis sabe que suas propostas são constrangidas pela correlação de forças atual. "As relações mercantis do setor saúde não serão extintas por decreto". A superação desse momento histórico precisa ser mediada na teoria e na prática, com estratégias que permitam o acúmulo de forças, sempre visando à consolidação do SUS e de sua unicidade. Ou seja, além da luta e da ocupação de espaços, é preciso ter princípios, intenções, ideologias, utopias. E disso não abre mão: diferente de tantos que hoje em dia, em nome de um tal "SUS possível", se acomodam e flexibilizam boa parte do ideário do movimento sanitário, é a defesa da vida, da reforma sanitária e do socialismo democrático que orienta sua produção e justifica suas proposições. ●

SUS: o desafio de ser único
Carlos Octávio Ocké-Reis, Fiocruz, 2012, 176 p.

Por **Geandro Ferreira Pinheiro**, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

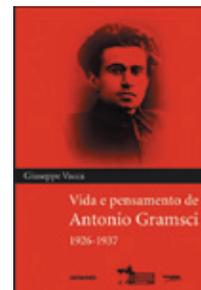
PUBLICAÇÕES



Políticas de saúde no Brasil: continuidades e mudanças
Cristiani Vieira Machado,
Tatiana Wargas de Ferreira
Baptista e Luciana Dias de
Lima (orgs.), Editora Fiocruz
2012, 324 p.



Uma ecologia política dos riscos
Marcelo Firpo Porto, Editora
Fiocruz, 2ª Ed. 2012, 270 p.



*Vida e pensamento de Antonio
Gramsci (1926-1937)*
Giuseppe Vacca,
Contraponto, 508 p.

TECNOLOGIA SOCIAL

“**T**ecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”. Esta é a definição brasileira mais conhecida sobre o termo. Abrangente, não? Talvez essa abrangência seja proposital, por ter sido criada pela Rede de Tecnologia Social (RTS), que envolve diversos segmentos da sociedade civil, desde empresas a movimentos sociais, como explica o vice-coordenador do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec) do Departamento de Engenharia Industrial do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Celso Alvear. “O conceito, da forma como está construído, é muito amplo e pode ser apropriado de diversas formas. Cada um pode dizer que o que está fazendo é transformação social. Toda tecnologia de alguma forma faz algum tipo de transformação social, seja para o bem ou para o mal. Como esta definição foi feita por uma rede muito grande composta por atores heterogêneos e com diferentes visões, a expressão acabou por abarcar diferentes frentes, se transformando em uma coisa bastante fluida”, explica.

E é exatamente desta abrangência do termo que nascem as principais divergências em relação à tecnologia social. A professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Márcia Teixeira explica que o conceito é polissêmico e que isto pode ser muito perigoso para a manutenção de seus objetivos originais. Segundo ela, essa expressão tem três acepções principais: “Tec-

nologia social é aquela que pertence, é desenvolvida e está ligada ao saber herdado e transformado ao longo da prática de uma determinada comunidade como, por exemplo, a pesca artesanal; é ainda aquele campo que a saúde considera como tudo aquilo que não é tecnologia da biomedicina, da biociência, de base científica, ou seja, todos os saberes que têm base nas ciências humanas e sociais; além daquilo que surge do casamento de grupos que trabalham em comunidades como, por exemplo, os projetos Redes e Teias, que desenvolvem trabalhos com grupos organizados ou não em determinada comunidade”, explica.

Já o professor da Universidade de Campinas (Unicamp) Roberto Dagnino argumenta que o conceito defendido por estas grandes redes deve ser revisto a partir de uma nova interpretação de viés marxista. “A tecnologia social nada mais é do que a ação coletiva de trabalhadores sobre um processo de trabalho que eles dominam e em função do contrato social baseado na autogestão, na solidariedade, no cooperativismo, na propriedade coletiva dos meios de produção, permitindo que esse coletivo se aproprie deste resultado da forma que considerar conveniente”, explica. Mas ele diz que esta definição ainda é um tanto acadêmica. “A tecnologia social, de maneira mais simples, é aquela que ampara os empreendimentos solidários, para serem sustentáveis do ponto de vista econômico, cultural, social e ambiental”, explica.

Desdobramentos e distorções

“A questão das cisternas de aproveitamento da água de chuva no semiárido está vivendo uma grande mudança hoje. Na medida em que elas deixam de ser de concreto e passam a ser de plástico, descaracterizam-se as cisternas como uma tecnologia social na visão dos movimentos sociais”, exemplifica o professor-pesquisador da EPSJV, Alexandre Pessoa, que explica: “Neste caso específico, o material foi anteriormente definido por uma forma de apropriação e construção coletiva deste artefato que, atualmente, se dá por uma forma totalmente distinta, já que o material passa a ser fornecido por uma empresa, o processo de instalação se dá sem a devida participação da sociedade, ou seja, a população não se apropria de uma técnica que ela ajudou a construir”.

A também professora-pesquisadora da EPSJV Cristina Barros relembra que a grande diferença da Tecnologia Social se dá não no produto que é produzido, mas sim na forma como ele é feito. “Essa discussão começou a ganhar força na década de 1960 e 1970, justamente na contraposição das tecnologias convencionais. Essa Tecnologia Social começou a ser pensada para ser voltada e apropriada por culturas locais. Após o neoliberalismo, as ideias se pulverizaram e, somente nos anos 2000, elas retomaram com força total, por conta das questões ambientais e do trabalho”, relembra. “Essa tecnologia muitas vezes está impregnada de dimensões pedagógicas e pode até se tornar política pública, mas não pode se descolar de um desdobramento do que nasce no seio destas comunidades locais, dentro destas culturas. A tecnologia está muito vinculada ao processo, e é nele que esta população se apropria de algo que é construído em conjunto”, analisa.

Nas últimas décadas, a ideia de tecnologia social vem sendo apropriada também pelos setores de responsabilidade social e marketing de

grandes empresas para traduzir, na maioria das vezes, ações realizadas nas comunidades do entorno de suas instalações. O professor da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenador Geral do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), Felipe Addor, observa que esta ação é uma estratégia similar à da responsabilidade social (veja na edição nº 22 da Poli a sessão Dicionário sobre 'Responsabilidade Social'). "O que acaba acontecendo é que o discurso é feito como forma de melhorar a imagem e contribuir para a sociedade, mas, em geral, é um contexto onde há um conflito gerado pela própria empresa, que dá uma migalha em troca do impacto que está fazendo. Os princípios de uma empresa são divergentes dos princípios que regem a tecnologia social, como a construção coletiva e o interesse pelos autores locais", avalia.

Tecnologia social x tecnologia convencional

Mas, afinal, qual é a diferença entre a tecnologia convencional e a tecnologia social, já que toda tecnologia tem um caráter social ou pelo menos deveria ter? "O termo, sem dúvida, contém uma redundância intencional porque toda tecnologia é social, mas a redundância se justifica, na medida em que o termo isolado traz uma criticidade às tecnologias que são exógenas ao território, pautadas unicamente e exclusivamente para a reprodução do capital", explica Alexandre Pessoa.

O professor da Unicamp Roberto Dagnino também lembra que na própria academia há pesquisadores que não conseguem se descolar da tecnologia convencional, mesmo que compartilhem de objetivos alcançados pela social. "Chamamos estes pesquisadores de coração vermelho e mente cinzenta porque compartilham da vontade de ter uma sociedade mais justa e igualitária, porém se utilizam dos conhecimentos adquiridos na tecnologia convencional que não vão permitir essas mudanças que o coração deseja", explica. Ele ilustra dizendo que hoje 70% das pesquisas nacionais são realizadas por empresas, e destas, 50% são por multinacionais. Os outros 30% são realizadas por universidades e instituições públicas que, muitas vezes, também estão a serviço das empresas.

Celso Alvear, do Soltec/UFRJ, endossa esta análise de Dagnino e exemplifica que estas duas tecnologias são divergentes em seus processos e objetivos, portanto, não podem ser aplicáveis umas às outras. Para ele, de um lado está um desenvolvimento tecnológico sendo pensado por uma ótica das grandes corporações e de outro as necessidades reais dos pequenos empreendimentos ou produtores. "Você acaba transferindo uma lógica completamente diferente da vivência e necessidade deles. A lógica de separação do trabalho, de hierarquização, de propriedade privada, por exemplo, não se aplica ao que é pensado por meio da tecnologia social, que busca trabalhar com *software* livre, readaptar aquela tecnologia para as necessidades particulares", diferencia.

Reconhecimento e financiamento

Aquela famosa metáfora 'Dar o peixe ou ensinar a pescar' pode explicar o conceito defendido por Renato Dagnino em relação à tecnologia social como política pública. Mas ele lembra que ainda hoje tanto o governo quanto a comunidade científica não a reconhecem. "É fundamental que o 'ensinar a pescar' passe a preocupar cada vez mais o governo, mas, lamentavelmente, o governo e a comunidade científica ainda não estão conscientes nem preocupados com esta ideia", opina. "Nós, pesquisadores de coração e mente vermelha, acreditamos que a verdadeira revolução no país só pode se dar na medida em que passemos

a entender a tecnociência de outra forma. Defendemos a necessidade de transformar esta tecnociência que existe hoje em um processo de desconstrução e construção que chamamos de adequação sociotécnica", argumenta.

No artigo 'Tecnologia social: aquela voltada para a inclusão', Roberto Dagnino e Rogério Bezerra da Silva mostram que o Ministério de Ciência e Tecnologia gastou com financiamento de pesquisas de empresas cerca de R\$ 1,6 bilhão entre 2007 e 2010 e por outro lado, foram investidos R\$ 327 milhões com pesquisas de alguma forma ligadas à inclusão social. "O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), cujo objetivo é utilizar o conhecimento e a capacidade existentes nas universidades para a constituição de empreendimentos solidários, recebeu 22 vezes menos recursos nesses três anos do que o Primeira Empresa Inovadora (Prime), que foi criado para oferecer condições financeiras favoráveis para que empresas privadas de 'alta tecnologia' pudessem se consolidar no mercado", exemplificam os pesquisadores no mesmo artigo.

Felipe Addor, do Soltec/UFRJ, diz que, assim como outras pesquisas e ações que visem à contra-hegemonia, a tecnologia social também não recebe um apoio expressivo. "Por serem ações que levam em conta os excluídos e os grupos que não têm poder de influência no governo, estas iniciativas são minoritárias e olhadas de forma preconceituosa. A engenharia na universidade ainda trabalha em prol do grande capital. Por mais que tenhamos tido alguns avanços com alguns investimentos, ainda é muito pouco. Quem trabalha com isso, que é a minoria, tem poucos recursos por meio de financiamento de pesquisas via CNPq, Capes, além de poucos editais públicos que contemplem estas iniciativas", reclama.●